



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

LARISSA SOANE SOUZA DO NASCIMENTO

**AGRICULTURA FAMILIAR PERANTE A CHEGADA DO AGRONEGÓCIO DA
SOJA: PERCEPÇÕES DE GESTORES, TÉCNICOS DA EMATER E MEMBROS DO
STTR EM MOJUÍ DOS CAMPOS/PA**

**SANTARÉM-PA
2025**

LARISSA SOANE SOUZA DO NASCIMENTO

**AGRICULTURA FAMILIAR PERANTE A CHEGADA DO AGRONEGÓCIO DA
SOJA: PERCEPÇÕES DE GESTORES, TÉCNICOS DA EMATER E MEMBROS DO
STTR EM MOJÚÍ DOS CAMPOS/PA**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências
Econômicas para obtenção do grau de Bacharel em
Ciências Econômicas; Universidade Federal do Oeste do
Pará, Instituto Ciências da Sociedade.
Orientadora: Profa. Dra. Andréa Simone Rente Leão

**SANTARÉM-PA
2025**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA

- N244a Nascimento, Larissa Soane Souza do
Agricultura familiar perante a chegada do agronegócio da soja: percepções de gestores, técnicos da Emater e membros do STTR em Mojuí dos Campos/PA. / Larissa Soane Souza do Nascimento. - Santarém, 2025.
84 p.
Inclui bibliografias.
- Orientadora: Andréa Simone Rente Leão.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Sociedade, Bacharel em Ciências Econômicas.
1. Agricultura familiar. 2. Agronegócio da soja. 3. Mojuí dos Campos (PA). I. Leão, Andréa Simone Rente, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 338.1098115

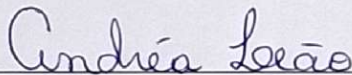
LARISSA SOANE SOUZA DO NASCIMENTO

**AGRICULTURA FAMILIAR PERANTE A CHEGADA DO AGRONEGÓCIO DA
SOJA: PERCEPÇÕES DE GESTORES, TÉCNICOS DA EMATER E MEMBROS DO
STTR EM MOJÚ DOS CAMPOS/PA**

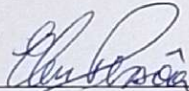
Monografia apresentada ao Curso de Ciências
Econômicas para obtenção do grau de Bacharel em
Ciências Econômicas; Universidade Federal do Oeste do
Pará, Instituto Ciências da Sociedade.

Conceito: 10,00

Data de Aprovação 16 / 05 / 2025



Profª. Dra. Andréa Simone Rente Leão - Orientadora
Universidade Federal do Oeste do Pará - Ufopa



Profª. Ms. Elen Cristina da Silva Pessoa - Membro
Universidade Federal do Oeste do Pará - Ufopa



Profª. Dra. Wandicleia Lopes de Sousa - Membro
Universidade Federal do Oeste do Pará - Ufopa

Dedico este trabalho, a minha querida e amada avó materna, Heloisa Helena Sousa dos Reis, pelos anos de ensinamentos e pelo exemplo de força, amor e alegria deixado em minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente à Deus, pois, como tudo em minha vida sempre foi o meu sustento, fonte de fé e esperança, por sua benção e proteção recebidas todos os dias, a quem toda honra e toda glória seja dada, pois nunca me deixou desamparada nos momentos mais difíceis da minha formação acadêmica.

Aos meus queridíssimos pais, Emerson (Goiás) e Shirlei (Lei), por sempre acreditarem em mim e confiarem nas minhas escolhas, principalmente quando decidi aos 13 anos de idade mudar para Santarém, mudança essa carregada de muita saudade, mas também de muita força, pois eles foram e continuam sendo a razão de eu não desistir dos meus sonhos e, mesmo de longe estiveram torcendo e me apoiando em cada passo dado.

Em memória, a minha avó materna, Heloisa, quem me ensinou através dos conselhos mais diretos e exemplos mais claros a valorizar meu estudo, com a qual tive o privilégio de viver momentos felizes ao seu lado e sei que gostaria de me ver formada. Eternamente, meu muito obrigada e amarei você para sempre, vó!

Ao meu avô, Melquiades, por todo o cuidado e criação durante esses 14 anos morando em sua casa.

A minhas irmãs, Mayara, por ser meu exemplo de dedicação, amor e cuidado com o outro e por sempre se preocupar com minha alimentação durante as longas horas estudando. E a Emili, por ter me apoiado lá atrás e acreditado que conseguiria alcançar esse objetivo, e por ter me dado uma sobrinha linda e que tem tornado nossos dias em família mais leves e alegres.

Ao meu grandioso G4, composto pela minha amiga número 1, Victoria, não menos importante Adna e Luane, com as quais dividi momentos especiais e que fizeram essa jornada ser mais significativa.

A todos os professores do curso de Ciências Econômicas, pelo conhecimento e aprendizado repassados em sala de aula. E a minha querida CE19, por toda parceria construída com os colegas de turma durante esses longos 6 anos de formação.

Aos professores e coordenadores dos projetos: Andréa Leão e Sandro Leão, que tive a satisfação em ser bolsista durante os últimos anos de graduação, onde me proporcionaram experiências enriquecedoras e únicas. Assim como, esses projetos possibilitaram o contato com as pesquisas que hoje foram usadas para compor a elaboração desse trabalho.

As amizades e parcerias feitas através do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão Socioeconômica da Amazônia, o saudoso Gepesa que permitiu construir uma rede de apoio.

Agradeço especialmente a minha orientadora, Andréa Leão, por toda sua paciência, parceria, dedicação, cuidado e disposição de compreender meu momento mais doloroso no decorrer da finalização desse ciclo.

Por fim, à Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), por me conceder a oportunidade de cursar a graduação escolhida.

RESUMO

Este trabalho tem como tema agricultura familiar e agronegócio, presentes no contexto do município de Mojuí dos Campos tendo por base: a agricultura familiar e a expansão do agronegócio, para tentar descrever a influência causada pela chegada do agronegócio da soja sobre a produção da agricultura familiar, mediante a percepção dos atores entrevistados. Para isso, objetiva-se descrever as percepções de gestores, técnicos extensionistas da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e membros do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Mojuí dos Campos a partir da chegada do agronegócio da soja e o quanto influencia a produção da agricultura familiar do município. Em termos de procedimentos metodológicos, o trabalho compreende um estudo de caráter bibliográfico e documental, quanto a sua forma é descritivo e de campo, o levantamento dos dados sobre o trabalho decorreu a partir das pesquisas bibliográficas baseadas em artigos científicos, livros, teses, dissertações e sites pesquisados por meio da internet e biblioteca. Além disso, o método de abordagem é qualitativo, e a pesquisa de campo foi acessada por meio de fontes orais, utilizando como técnica o Roteiro de Entrevistas Semiestruturado (APÊNDICE A, B e C), que foram aplicados no ano de 2023, durante a minha participação enquanto bolsista do projeto Formação Socioeconômica da Amazônia: estudo sobre desenvolvimento, sociedade e meio ambiente (Formaz). Tais roteiros foram aplicados com os membros do STTR, técnicos da Emater e gestores da Secretaria Municipal de Agricultura (Semagri). Os atores entrevistados expressaram suas percepções pontuais em torno de algumas questões que evidenciam as influências sobre a chegada da expansão da soja em Mojuí dos Campos. Ademais, foi possível perceber, por meio dos membros do STTR, técnicos da Emater e gestores, que a produção da agricultura familiar foi sendo afetada com o avanço da soja muito antes da emancipação e, após esse momento, este avanço passou a ocorrer de forma mais intensiva. A partir disso, este trabalho se coloca como uma contribuição nas discussões sobre a compreensão a respeito das categorias apresentadas e como estas são desenvolvidas no meio rural de Mojuí dos Campos, a partir das transformações geradas sobre uma em detrimento da outra. Sendo assim, acreditamos que esta pesquisa pode colaborar com reflexões futuras sobre a temática, abrindo espaço para futuras pesquisas.

Palavras-Chaves: Agricultura familiar. Agronegócio da Soja. Mojuí dos Campos.

ABSTRACT

This work has as its theme family farming and agribusiness, present in the context of the municipality of Mojuí dos Campos, based on: family farming and the expansion of agribusiness, to try to describe the influence caused by the arrival of the soybean agribusiness on the production of family farming, through the perception of the interviewed actors. To this end, the objective is to describe the perceptions of managers, extension technicians from Technical Assistance and Rural Extension Company (Emater) and members of the Rural Workers' Union (STTR) of Mojuí dos Campos from the arrival of the soybean agribusiness and how much it influences the production of family farming in the municipality. In terms of methodological procedures, the work comprises a study of a bibliographic and documentary nature, as for its form it is descriptive and field, the collection of data on the work resulted from bibliographic research based on scientific articles, books, theses, dissertations and websites researched through the internet and library. Furthermore, the method of approach is qualitative, and the field research was accessed through oral sources, using the Semi-Structured Interview Guide (APPENDIX A, B and C) as a technique, applied to members of the STTR, technicians from Emater and managers of the Municipal Department of Agriculture (Semagri). The interviewed actors expressed their specific perceptions regarding some issues that highlight the influences on the arrival of the expansion of soybeans in Mojuí dos Campos. Furthermore, it was possible to perceive, through members of the STTR, technicians from Emater and managers, that the production of family farming was being affected by the advance of soybeans long before emancipation and, after that moment, this advance began to occur more intensively. Based on this, this work stands as a contribution to the discussions on the understanding of the categories presented and how they are developed in the rural environment of Mojuí dos Campos, based on the transformations generated in one to the detriment of the other. Therefore, we believe that this research can contribute to future reflections on the topic, opening space for future research.

Keywords: Family farming. Soybean agribusiness. Mojuí dos Campos.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|----|
| Figura 01 – Mapa de Localização do Município de Mojuí dos Campos – PA..... | 39 |
| Quadro 01 – Produção das Lavouras Permanentes em Mojuí dos Campos (2023) | 41 |
| Quadro 02 - Produção das Lavouras Temporárias em Mojuí dos Campos (2023) | 42 |
| Figura 02 – Mapa de Localização das Comunidades do Município de Mojuí dos Campos | 43 |
| Figura 03 – Mapa da expansão de áreas do agronegócio em Mojuí dos Campos de 1998-2023 | 47 |
| Quadro 03 – Ranking das maiores cidades produtoras de soja no Pará no de ano 2023..... | 48 |
| Gráfico 01 – Área Plantada de Soja e Milho (em toneladas) em Mojuí dos Campos (2012-2023) | 49 |
| Gráfico 02 – Quantidade Produzida de Soja e Milho (em Toneladas) em Mojuí dos Campos (2012-2023) | 50 |
| Quadro 04 – Lista de entrevistas por Código, Instituição, Sexo e Ocupação..... | 52 |
| Quadro 05 – Listas de perguntas utilizadas no trabalho de acordo com os roteiros (APÊNDICES A, B e C) | 53 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 10 |
| 1 AGRICULTURA FAMILIAR: ANTECEDENTES, DEFINIÇÃO E CONTEXTO ATUAL NO BRASIL | 13 |
| 1.1 Antecedentes: do Campesinato à Agricultura Familiar | 13 |
| 1.2 Agricultura Familiar: definições e contexto atual brasileiro | 16 |
| 1.3. Agricultura Familiar Brasileira em números | 21 |
| 2 AGRONEGÓCIO: ANTECEDENTES, DEFINIÇÃO E CONTEXTO ATUAL BRASILEIRO E NA AMAZÔNIA | 25 |
| 2.1 A Definição do Agronegócio: antecedentes e sua entrada no Brasil..... | 25 |
| 2.2 A instalação do Agronegócio no Brasil: do Sul a Amazônia | 29 |
| 3 AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO EM MOJÚÍ DOS CAMPOS: PERCEPÇÕES DE GESTORES, TÉCNICOS DA EMATER E MEMBROS DO STTR..... | 36 |
| 3.1 Caracterização de Mojuí dos Campos..... | 36 |
| 3.2 Agricultura Familiar | 39 |
| 3.3 Agronegócio em Mojuí dos Campos | 44 |
| 3.4 Agricultura familiar e o Agronegócio sob as Percepções dos Atores Sociais Ouvidos do STTR, Emater e Gestores de Mojuí dos Campos | 50 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 67 |
| REFERÊNCIAS | 70 |
| APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista com o STTR de Mojuí dos Campos | 78 |
| | 80 |
| APÊNDICE B - Roteiro de Entrevista com a Emater de Mojuí dos Campos | |
| APÊNDICE C - Roteiro de Entrevista com o Semagri - Mojuí dos Campos | 82 |

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como tema agricultura familiar e agronegócio, presentes no contexto do município de Mojuí dos Campos tendo por base essas categorias para descrever a influência causada pela chegada do agronegócio da soja sobre a produção da agricultura familiar, mediante a percepção dos atores entrevistados.

Além disso, é necessário pontuar que a agricultura familiar e o agronegócio por serem duas categorias distintas, logo tem se percebido que o município de Mojuí dos Campos apresenta hoje uma determinada discrepância quanto se trata da ocupação do espaço rural, ou seja, o território de Mojuí dos Campos tem apresentado um aumento no plantio do agronegócio da soja, em consequência disso passa afetar o cultivo de alimentos advindos da agricultura familiar, não somente isso, assim como outras alterações de ordem econômica, social e ambiental.

Nessa perspectiva, considera-se relevante a temática, pois além de perceber que no decorrer dos anos a agricultura familiar passou a sofrer modificações na diminuição de áreas destinadas a essa atividade e o quanto isso está relacionado com a expansão do agronegócio de grãos. Assim, como a agricultura familiar tem uma grande relevância para o desenvolvimento do município de Mojuí e estando ligada ao processo histórico deste, um estudo como hora este se apresenta é mais que justificável.

A motivação em termos acadêmicos surgiu a partir da minha participação como bolsista de dois projetos de pesquisa durante a minha formação, a contar o da: Formação Socioeconômica da Amazônia: estudo sobre desenvolvimento, sociedade e meio ambiente (Projeto Formaz) durante o período de 2022 a 2023; o segundo diz respeito sobre O Agronegócio da Soja no Oeste Paraense: aspectos fundiários, logísticos, produtivos, socioambientais e políticos no ano de 2024, no qual ambos Mojuí dos Campos foi o foco de estudo. Isso nos possibilitou pesquisar e produzir materiais relacionados ao agronegócio e agricultura familiar em Mojuí dos Campos.

Além desses contatos acerca do tema, existe a motivação pessoal, pois quando se trata da agricultura familiar, remete a uma atividade que desde cedo foi o meio de sustento da minha família, pois por um bom tempo trabalharam com o cultivo de alguns produtos agrícolas, assim como por reconhecer a importância que a agricultura familiar exerce na vida de diversas famílias. Portanto, essa temática propõe pesquisar questões que irão contribuir com o debate proposto enquanto delimitação do tema.

Para tanto, o trabalho é voltado a um município recém emancipado, mas que ao longo do tempo vem apresentando mudanças em termos da paisagem territorial, diminuição das áreas destinadas ao plantio dos agricultores familiares, o favorecimento da produção em larga escala da soja e o quanto isso se intensificou após o período de emancipação de Mojuí dos Campos.

Considera-se, a seguinte questão problema a ser respondida: Quais as percepções dos gestores municipais, técnicos extensionistas da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), e membros do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Mojuí dos Campos sobre como a chegada do agronegócio da soja influencia a produção da agricultura familiar do município? Como objetivo geral, busca-se descrever as percepções de gestores, técnicos extensionistas da Emater e membros do STTR de Mojuí dos Campos a partir da chegada do agronegócio da soja e o quanto influencia a produção da agricultura familiar do município. Dessa forma, os objetivos específicos estabelecidos para o alcance do objetivo geral são: 1) Apresentar conceitualmente agricultura familiar e o agronegócio; 2) Identificar como a agricultura familiar e o agronegócio vem se desenvolvendo em Mojuí dos Campos; 3) Descrever as percepções de gestores, técnicos extensionistas da Emater e membros do STTR de Mojuí dos Campos sobre a chegada do agronegócio da soja e como este influencia na produção da agricultura familiar do município.

Do ponto de vista metodológico, o trabalho compreende um estudo de caráter bibliográfico e documental, quanto a sua forma é descritivo e de campo. Sendo assim, o levantamento dos dados sobre o trabalho decorreu a partir das pesquisas bibliográficas baseadas em artigos científicos, livros, teses, dissertações e sites pesquisados por meio da internet e biblioteca. Além disso, o método de abordagem é qualitativo, e a pesquisa de campo foi acessada por meio de fontes orais, a partir da aplicação técnica do Roteiro de Entrevistas Semiestruturadas (APÊNDICE A, B e C) que ocorreram no ano de 2023, durante a minha participação enquanto bolsista do Projeto Formaz e, portanto, tais entrevistas fazem parte do acervo/Banco de Informações do referido Projeto. Tais roteiros foram aplicados com os membros do STTR, técnicos da Emater e gestores da Secretaria Municipal de Agricultura (Semagri), no espaço temporal estabelecido entre 22/05/2023 a 04/09/2023.

O presente trabalho encontra-se estruturado a partir de três capítulos, além da introdução e considerações. O primeiro capítulo apresenta conceitualmente a agricultura familiar, perpassando por seus antecedentes, contexto atual e por fim os dados sobre essa categoria. No segundo, é apresentado o conceito de agronegócio a partir dos antecedentes no contexto internacional e nacional, assim como a instalação dessa atividade no escopo regional.

Por conseguinte, o terceiro capítulo é constituído por seções que tratam desde a caracterização de Mojuí dos Campos, e de como as categorias agricultura familiar e do agronegócio vem se desenvolvendo no município, além disso, a última seção aborda as percepções dos atores entrevistados com o intuito de o mesmo ser mais uma contribuição dentre várias outras pesquisas sobre o tema.

1 AGRICULTURA FAMILIAR: ANTECEDENTES, DEFINIÇÃO E CONTEXTO ATUAL NO BRASIL

Neste capítulo pretende-se apresentar a categoria conceitual da agricultura familiar, a partir das suas três seções que levam consideração os antecedentes, o contexto atual brasileiro em que a agricultura familiar está inserida finalizando com alguns dados sobre a agricultura familiar no Brasil.

1.1 Antecedentes: do Campesinato à Agricultura Familiar

Segundo Zinga o campesinato (2004, p. 5) “[...] constitui um importante referencial teórico na análise dos processos históricos de formação das classes sociais no meio rural, é um importante referencial ideológico nos diversos discursos e movimentos políticos [...]”. E, como referencial teórico e ideológico, sua importância advém do fato de se constituir como a base das discussões no meio rural através dos tempos. De acordo com Marques (2008) o campesinato teve a sua origem no período da Idade Média na Europa.

Campos (2023) aponta que durante o século V ao século VII predominava na Europa, o sistema feudal, onde as relações econômicas e sociais eram pautadas com base na servidão e posse da terra, estando as extensas áreas de terras sob o domínio dos senhores feudais, que por sua vez detinham o controle sobre o campesinato europeu voltados para as relações de produção agrária num contexto de um sistema feudal. Para Andrade (1989) no Brasil o campesinato foi sendo formado de forma lenta e contínua:

A formação do campesinato, não entendido como do tipo feudal europeu, mas como grupos de pessoas pobres que se estabeleceram em terras não juridicamente apropriadas, ou em terras apropriadas, mas com o consentimento do proprietário, para desenvolver culturas alimentícias para o próprio sustento, deu-se vagarosa e persistentemente, desde o tempo da colonização (ANDRADE, 1989, p. 15)

A citação acima aponta, desta forma, para a diferenciação entre a constituição do campesinato europeu para a do Brasil, argumentando que a formação do campesinato tem relação com as demandas de grupos sociais que procuravam por terras, onde pessoas com baixo rendimento se assentaram em propriedades devolutas e até mesmo em áreas já regulamentada, para trabalhar e praticar culturas agrícolas como forma de subsistências.

No Brasil, a discussão do campesinato, segundo Prado Júnior (2012) emerge a partir de duas vertentes. A primeira está relacionada a crise do modelo agroexportador diante do fim

da abolição do trabalho escravo, onde a solução encontrada para substituir a mão de obra escrava se deu com a migração de famílias camponesas vindas especialmente de países europeus, sendo atraídas por promessas de terras baratas e férteis. Durante o período de 1875-1914 estima-se que, aproximadamente, dois milhões de camponeses migraram para o Brasil e foram sendo direcionados a morar e trabalhar nas regiões Sul e Sudeste do país.

A segunda vertente, para Prado Júnior (2012) preconiza que o campesinato brasileiro foi se originando com a formação das populações mestiças colonizadas, ao serem impedidas com o estabelecimento da Lei de Terras de 1850¹ em se tornarem pequenos proprietários. Estes, por sua vez, migraram em direção às regiões interioranas do país pouco visadas pelas grandes fazendas, causando assim o processo de ocupação e povoamento do sertão a partir da atividade agrícola de subsistência. Apesar de não possuírem legalmente a propriedade privada da terra, ocuparam tanto de forma individual e coletiva o interior do território nordestino e alguns estados brasileiros, como Minas Gerais e Goiás, dando início ao aparecimento do campesinato mediante a formação do camponês brasileiro.

Por outro lado, Marques (2008, p. 60) pontua que “[...] a formação do campesinato brasileiro guarda as suas especificidades. Aqui, o campesinato é criado no seio de uma sociedade situada na periferia do capitalismo e à margem do latifúndio escravista”. O que reforça ainda mais a trajetória diferenciada do campesinato brasileiro, em decorrência do período que este começou a ser reconhecido e trabalhado enquanto uma categoria histórica, socioeconômica e política, acarretando que, no decorrer da história o campesinato foi sendo estudado por várias linhas teóricas, consideradas importantes para construção do seu conceito, dentre essas linhas estão as dos teóricos clássicos Kautsky, Chayanov e Shanin², onde suas teorias serviram de base para outros autores determinarem o caminho seguido pelo campesinato no mundo e no contexto brasileiro (GUIMARÃES; ALVES, 2014).

Desta forma, o entendimento em relação ao que é campesinato no contexto brasileiro segue sendo uma questão de extensa discussão e competição política, onde, autores como Wanderley (1996, 2014) compreende o campesinato como modo de viver e trabalhar no campo, perpassando além da simples forma de produção, pois carrega um estilo de vida e uma cultura. Assim sendo, para Wanderley (2014) falar de campesinato no Brasil remonta a dois

¹ Segundo Prado Júnior (2012) a Lei de Terras de 1850 tinha por objetivo impedir que os trabalhadores escravizados libertos conseguissem se transformar em camponeses e pequenos proprietários de terras, uma vez que não tendo algum bem, não daria a possibilidade de adquirir recursos para fazer o pagamento das terras à Coroa. Dessa forma continuariam sujeitos aos fazendeiros enquanto assalariados.

² Para mais esclarecimentos sobre as teorias dos clássicos citados ver os trabalhos de Guimarães; Alves (2014) e Oliveira (2017).

significados distintos: i) é entendido como uma forma de agricultura tradicional, executada em pequena escala, com limitados recursos produtivos, pouco conectado ao mercado e à vida urbana e constantemente relacionado à ignorância e há um processo econômico e social tardio; e, ii) compreende o campesinato pela expressão de "camponês" tendo um forte significado político porque é continuamente atrelado ao movimento camponês³, que foi severamente criticado por ser revolucionário e contrário às autoridades militares que governaram o Brasil nos anos de 1964 a 1985.

E, dentro desse contexto econômico, social e político, entende-se por campesinato a formação entre propriedade de produção, tendo como base a família, seus objetivos produtivos, a cooperação entre os membros familiares voltados para atender as suas necessidades. Ainda por conta dessa trajetória econômica, social e política da categoria campesinato, Zinga (2004) aponta para uma constante quebra da categoria tradicional do campesinato, onde ao longo da atuação e expansão capitalista no campo, ocorreram transformações profundas que levaram ao surgimento outras categorias conceituais, com destaque para a agricultura familiar, que se apresenta como nova identidade do agricultor contemporâneo. Neste sentido, para Wanderley (2014) contemporaneamente, o campesinato é encarado como uma forma particular da agricultura familiar, formada entre propriedade, trabalho e família.

Segundo Marques (2008), essas questões ficam em evidência, no Brasil, na década de 1990, período em que a categoria agricultura familiar emerge como uma alternativa ao conceito de camponês, sendo recebida sem grandes questionamentos tanto no meio acadêmico, jurídico e pelos grupos de sindicatos, movimentos sociais e agricultores. Portanto, essa troca no que se refere ao uso da categoria agricultura familiar ao invés de campesinato acontece por um lado, através da adesão de uma perspectiva evolutiva do processo histórico no meio rural e, por outro lado, nas políticas nacionais para o rural que, acabou contribuindo para a diminuição da discussão política em torno da questão agrária. Porém, ainda segundo Marques (2008), o uso do conceito de agricultura familiar advém a partir da percepção de que, o anterior, não se adequaria as atuais circunstâncias promovidas pelo avanço do capitalismo na agricultura.

A discussão sobre a mudança de uso da categoria campesinato para agricultura familiar não é algo simples e nem consensual dentre os estudiosos do mundo rural e, dependendo da vertente que tais autores se enquadram suas percepções quanto substituição, distinção e/ou similaridades com relação a essas categorias, as abordagens se diferenciam. Tal

³ Sendo um movimento organizado pelos camponeses brasileiros como forma de reivindicar melhores condições de trabalho no campo.

percepção é fortalecida pelos estudos realizados por Ghizelini e Araguão (2019) sobre o trabalho de Maria de Nazareth Baudel Wanderley, onde destaca-se, as contestações desta autora com relação as abordagens teóricas que reconhecem a agricultura familiar como um novo ator social. Na percepção da mesma, os teóricos dessas abordagens acompanham um tipo de lógica progressista, onde o conceito de agricultura familiar foi presumido para a contemporaneidade, enquanto o campesinato se manteve como antigo, obsoleto, ultrapassado, visto como aquele que ficou esquecido na história.

Nesse sentido, para os autores citados acima, a hipótese levantada por Maria de Nazareth Baudel Wanderley em seu trabalho é que “não ocorreu no Brasil rupturas definitivas (um rasgo de tempo do campesinato para a agricultura familiar), mas de que devemos tratar de pontos de rupturas e convergências, de continuidade entre o passado e o presente” (GHIZELINI; ARAGUÃO, 2019, p. 94). Ghizelini e Araguão (2019) identificam duas principais perspectivas mudança do uso da categoria campesinato para agricultura familiar: i) a agricultura familiar como uma recente categoria, nascida no contexto das mudanças vivenciadas pelas sociedades capitalistas avançadas; e a outra, ii) parte do argumento que agricultura familiar no Brasil é um conceito em constante evolução, com profundas raízes históricas, sendo o campesinato a base para esse processo de mudança. Desta forma, tal perspectiva dialoga com o entendimento de Lopes (2020) quanto a agricultura familiar ser um conceito de caráter social que retém antecedentes no campesinato, porém esse último autor, avança nas reflexões ao considerar que, a partir de 2006 a categoria de agricultura familiar consolidou-se por meio de políticas públicas como categoria social, no qual a classe de trabalhadores rurais passou a ser apresentada como agricultores familiares.

Neste trabalho, segue-se na compreensão de o campesinato é antecedente a agricultura familiar sem ter deixado de existir enquanto categoria conceitual, mas, no Brasil, ao longo dos tempos, esta foi dando espaço para a categoria da agricultura familiar por conta de questões relacionadas a contextos econômicos, sociais e políticos do meio rural. Assim sendo, na próxima subseção serão apresentados algumas abordagens conceituais e o contexto atual, a partir da perspectiva das políticas públicas, da agricultura familiar.

1.2 Agricultura Familiar: definições e contexto atual brasileiro

Diversos autores como Schneider e Cassol (2013); Picolotto (2014); Pereira (2017) mencionam que o termo agricultura familiar, como dito acima, foi sendo difundido no Brasil, a partir da década de 1990. Nesse período em diante, a agricultura familiar passa a ser considerada

como um setor importante para o fortalecimento econômico nacional por ser fornecedora de alimentos essenciais para o mercado (LOPES, 2020). Ainda segundo Lopes (2020) existem dois sentidos da agricultura familiar: um que considera a terra como fonte de sustento, forma de vida e renda, aproximando-se da noção de camponês; e o outro, que leva em consideração a terra como meio de acumulação de capital e se distingue por métodos mais atualizados de exploração agrícola.

Picolotto (2014) alega a existência de três grupos que protagonizaram a difusão da agricultura familiar enquanto categoria e a caracterização dos sujeitos denominados agricultores familiares. O primeiro diz respeito a academia que discute essa categoria, o segundo se refere ao Estado e o terceiro corresponde ao sindicalismo dos trabalhadores rurais. Esse processo de difusão da categoria agricultura familiar no campo acadêmico, político e social, foi iniciado na metade da década de 1980 e passou ganhar notoriedade na década de 1990 diante da proporção das transformações ocorridas.

Primeiramente a agricultura familiar recebeu atenção nos debates acadêmicos, onde as relações e questionamentos acerca do lugar da agricultura familiar nos processos de desenvolvimento brasileiro se faziam presente, as percepções quanto a essa questão no meio acadêmico foi e continua sendo que a agricultura familiar ainda não está no seu lugar de devida importância enquanto setor produtor de alimentos para o mercado interno. Para além dos debates acadêmicos, o Estado em suas três esferas, federal, estadual e municipal, sob a liderança do primeiro, vem, mesmo que de forma descontinuada tenta corroborar para o fortalecimento da agricultura familiar por meio de políticas públicas voltadas para este setor, a depender do governo que estiver à frente. Por fim, o desempenho dos sindicatos dos trabalhadores rurais e lutas promovidas pelos movimentos sociais do campo, sempre com a bandeira em defesa da agricultura familiar (PICOLOTTO, 2014).

Schneider e Cassol (2013), também consideram a agricultura familiar como uma categoria vigente, onde os movimentos sindicais, a academia e o Estado, atuam enquanto grupos primordiais, onde: 1) o retorno do movimento promovido pelo sindicalismo logo após o término da ditadura militar pautam o fortalecimento e reconhecimento da agricultura familiar; 2) a disseminação e reflexões a partir das contribuições de produções acadêmicas de pesquisadores, fortaleceram que tal temática fosse discutida no começo dos anos de 1990; e, 3) consequentemente o terceiro grupo situa-se no compromisso que o Estado teve em elaborar e executar políticas públicas, a exemplo do estabelecimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

O Pronaf foi criado entre os anos de 1995/1996, sendo está a primeira política instituída para agricultura familiar, considerada como marco do reconhecimento desta categoria social pelo Estado, no qual este acabou legitimando as diversas reivindicações promovidas pelos sindicatos dos trabalhadores rurais e movimentos sociais que cobraram políticas específicas para atividade rural e atendendo as suas particularidades. Este programa era observado não pelo lado assistencial, mas como um meio de estimular os agricultores para o mercado com pelo menos um grau de disposição produtiva (GRISA, 2017). Pereira (2017), destaca que as políticas públicas para agricultura familiar, se multiplicaram a partir da criação e consolidação do Pronaf, e, nessa perspectiva, Texeira (2023, p. 115) pontua algumas mudanças que aconteceram a partir de 2003.

Mudanças institucionais importantes ocorreram na forma de conceber as políticas públicas. Avanços significativos foram conquistados, com adoção de políticas voltadas a redução da pobreza e da fome. Como a criação do Projeto Fome Zero em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); construção do marco institucional para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN); criação do Pronaf Alimentos e lançamento das linhas Pronaf Semiárido, Agroecologia, Mulher, Jovem Rural; criação da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM); o Programa Um Milhão de Cisterna (P1MC). O Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR) em 2004; a institucionalização da Lei da Agricultura Familiar em 2006, que conceituou a agricultura familiar e estabeleceu diretrizes para as ações do Estado; Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar (GPAF); criação da Política de Garantia Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM Bio) em 2008; Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais (POPMR). O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a criação da Lei n. 11.947, que determinou que no mínimo 30% dos recursos federais para a alimentação escolar fossem destinados para a aquisição de alimentos da categoria social. O Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar (SIPAF), em 2009. Em 2011 o lançamento do Plano Brasil Sem Miséria, cujo objetivo era erradicar a extrema pobreza no Brasil até 2014. Em 2012 a instituição Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO); a criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) em 2013 (TEXEIRA, 2023, p.115).

As políticas governamentais citadas acima trouxeram benefícios significativos aumento da valorização da agricultura familiar. Como pode ser observado o número de políticas voltadas para a agricultura familiar aumentou de forma exponencial. Essas políticas expressam diferentes perspectivas, tratando de assuntos como o crédito rural, segurança alimentar e certificação de produtos.

No que diz respeito ao papel promovido pelo sindicalismo logo após a finalização da ditadura militar, iniciou um agrupamento de ações direcionadas à busca por melhorias de preços, modos de comercialização distintos, acesso ao crédito e concretização da normatização da previdência social rural. As conquistas de cunho político foram resultantes dos anos 1990, haja vista que entre 1992 e 1994 foram sendo consolidadas as lutas do movimento sindical rural,

desencadeando, por parte do Estado a criação do Pronaf em 1996 e, posteriormente, o estabelecimento da Lei da Agricultura Familiar de n. 11.326/2006 (SCHNEIDER; CASSOL, 2014), que será apresentada mais adiante, demonstrando assim que as tomadas de decisões para implementação de políticas foram fruto de demandas e lutas sindicais em defesa do fortalecimento e manutenção da agricultura familiar.

Em outra perspectiva o papel desempenhado pelo sindicato é crucial ao destacar a importância da agricultura familiar na produção de alimentos. Entender a agricultura familiar como a principal produtora da maioria dos alimentos consumidos pelos brasileiros foi e é essencial tanto para a formação e afirmação de sua identidade e da própria categoria, quanto para fundamentar a atuação sindical junto ao Estado, na batalha por fundos públicos e políticas específicas (PEREIRA, 2017).

Picolotto (2014) enfatiza que o forte debate sobre o conceito de agricultura familiar na academia e a produção científica resultante foram vistos como os responsáveis por refletir sobre o espaço dessa categoria conceitual, tanto no decorrer da história, quanto na contemporaneidade, auxiliando no seu processo de formação e consolidação. Pereira (2017) frisa que a discussão acadêmica foi regida por condutas e teorias de estudiosos das áreas da “Sociologia Rural, da Geografia Agrária e da Economia Agrícola, conferindo teor altamente interdisciplinar às discussões e ao conceito” (PEREIRA, 2017, p. 75). Para Pereira (2017) as reflexões realizadas no ambiente acadêmico e o pressuposto teórico trabalhado a respeito dessa forma de produção e modo de vida no campo foram encarregados de promover evidência política sobre tal categoria e contribuir, em boa parte, com as reivindicações e conduta afirmativa diante do Estado, acerca de implementação de políticas, à exemplo do Pronaf.

Partindo para o último ou terceiro grupo que contribuiu para a elaboração e foi responsável por institucionalizar o conceito. O Estado atuou através de modificações no arranjo organizacional, pela elaboração, implementação de políticas públicas e pela publicação de lei específica (PEREIRA, 2017). Por conseguinte, Ghizelini e Araguão (2019, p. 90) apontam:

[...] a categoria agricultura familiar surge e alcança lugar de destaque enquanto um ator social, político e econômico no Brasil. Diferente do que acontece com outros termos e conceitos utilizados nas pesquisas acadêmicas, em que os próprios sujeitos têm resistências em se identificarem em aceitar uma denominação externa ao seu modo de vida, a categoria conceitual agricultura familiar conseguiu extrapolar as fronteiras do discurso acadêmico, dos gabinetes de ministérios, dos limites jurídicos e dos círculos da intelectualidade, e foi incorporado pelos próprios atores, como um fator de unificar uma categoria social bastante heterogênea e dispersa num território continental como o Brasil.

Esse marco histórico do surgimento da categoria agricultura familiar e do alcance ao receber destaque no âmbito social, político e econômico no contexto brasileiro, está relacionada ao fato da aceitação do principal ator, ao qual a categoria se refere, se reconhecer e se identificar com o conceito dado externamente, como forma de unir esse modo de agricultura específica e abrangente, que se destaca de forma mais significativa neste estilo de vida de fazer e viver no meio rural (GHIZELINI; ARAGUÃO, 2019).

Ghizelini e Araguão (2019) mencionam que desde o seu surgimento, o conceito de agricultura familiar não tem se solidificado somente como uma ideia abstrata, todavia como uma realidade concreta, de modos de vida no meio rural que se estruturam em meio a uma realidade distinta da urbana, industrial e até mesmo do rural baseado no grande latifúndio. Neste sentido, a agricultura familiar vem sendo foco de diversos debates, em que o reconhecimento da categoria vem se dando por meio das suas organizações sociais, políticas públicas e junto de pesquisadores que incluíram a categoria no campo da pesquisa. Com as movimentações desses atores, foi possível conseguir a aprovação da Lei 11.326/2006 que regulamenta e reconhece a agricultura familiar enquanto um segmento socioeconômico (FEITOSA FILHO; HEINECK; BENVENUTTI, 2018).

A Lei 11.326 aprovada em 24 de julho de 2006, buscou estabelecer “[...] as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais” (BRASIL, 2006, p. 01). A partir do artigo 3º da Lei 11.326 ficou fixado os seguintes critérios que delimita e caracteriza agricultor familiar:

Art. 3º. Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, simultaneamente, aos seguintes requisitos: atendendo, I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; nas II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família atividades econômicas estabelecimento ou empreendimento; do seu III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006, p. 01).

A Lei da Agricultura Familiar foi responsável por consolidar a categoria de acordo com diversas concepções, seja, jurídica, institucional, econômica e social. Ao estabelecer os critérios para a efetivação dos agricultores familiares, possibilitou a elaboração, fortalecimento e aplicação de políticas públicas e demais ações governamentais para tal categoria (PEREIRA, 2017).

As diversas políticas públicas e programas mencionados provém de iniciativas governamentais em relação a amplitude de temáticas e instruções que indicaram a necessidade dessas novas políticas. Assim, possibilitaram sistematizar em três sucessões de políticas para a

categoria agricultura familiar: a primeira, caracterizada pelo surgimento e urgência de políticas direcionadas a essa categoria e a solidificação de um modelo de política agrícola; a segunda, marcada por um representativo modelo social e assistencial; e, a terceira, diz respeito a formulação de políticas apontadas para formação de mercados com finalidade de promover a segurança alimentar e o avanço sustentável (PEREIRA, 2017).

Entre 2006 a 2013, o Brasil se depara com progressos na definição e compreensão das características e significado do grupo social conhecido como agricultura familiar. O avanço principal está no reconhecimento da enorme heterogeneidade social e econômica desse grupo social, que é composto por pequenos proprietários de terra que trabalham por meio da força de trabalho dos membros familiares, produzindo para seu consumo pessoal e para a comercialização, morando em povoados rurais ou pequenas comunidades (SCHNEIDER; CASSOL, 2014).

Grisa (2017) ressalta que em 2014 foi considerado o ano internacional da agricultura familiar, esse foi o tema escolhido pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), afirmando a sua relevância enquanto categoria social, produtora de alimentos e reconhecendo o importante papel exercido como modo de vida e de produção para a garantia da segurança alimentar e extinção da pobreza mundial. Diante disso, vários países iniciaram a construção de ações públicas relacionadas a essa categoria e os demais deram continuidade nas políticas em andamento, a exemplo do Brasil.

Na próxima seção a agricultura familiar brasileira será apresentada em números com o intuito de demonstrar, de forma introdutória a sua importância para o contexto da produção de alimentos no país.

1.3 Agricultura Familiar Brasileira em números

A agricultura familiar exerce um papel crucial no cenário global, auxiliando na diminuição da problemática de insegurança alimentar, da pobreza rural por meio da produção e do avanço sustentável dos ambientes rurais (LOPES, 2020). O Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) aponta que aproximadamente 33,33% da produção de alimentos disponibilizados no mundo advém da agricultura familiar. Em um contexto nacional, o Brasil é encarregado de assegurar uma parte significativa de produtos desse setor, que corresponde em torno de 70% da produção total é destinado a composição da alimentação dos brasileiros (BRASIL, 2024).

Delgado e Bergamasco (2017) explica que isso pode estar relacionado com a diversificação de alimentos produzidos pela agricultura familiar, pois trabalham com o cultivo de grãos, fruticulturas e horticultura, considerando essa uma das características significativas, uma vez que integra tanto a produção para a subsistência, como para abastecer os mercados internos. Ademais, devido a agricultura familiar esfalecer essa diversidade, tem contribuído com um outro fator, no que concerne a oportunidade da geração de renda nos espaços rurais.

A definição de agricultor familiar consolidada pela Lei 11.326/2006 da agricultura familiar possibilitou agrupar a presença de dois setores produtivos a partir da base de dados presentes no Censo Agropecuário de 2006, onde este passou a separar e classifica-los entre: agricultura familiar e não familiar, proporcionando assim compreender as características dos estabelecimentos agropecuários do setor da agricultura no Brasil por meio dos levantamentos estatísticos (SCHNEIDER, CASSOL, 2013; SILVA, 2015).

Para Guanziroli, Sabato e Buainain (2020) a base de dados dos Censos Agropecuários de 1996, 2006 e 2017 fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foram usados para explicar a evolução da agricultura familiar no Brasil em paralelo com o uso da metodologia⁴ estabelecida pela FAO/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que possibilita realizar comparações entre períodos de tempos diferentes. Assim sendo, as principais variáveis selecionadas sobre agricultura familiar, foram: números de estabelecimentos; áreas dos estabelecimentos (ha); valor bruto da produção (VBP); e pessoal ocupado no total dos estabelecimentos.

A evolução da participação dessas variáveis, revelam que o quantitativo de unidades familiares apresentou um crescimento contínuo, pois a partir de 1996 teve um percentual de 85,17%, em 2006 ficou em torno de 87, 95% e 2017 saltou para 91,42%, a nível absoluto registrou 4.638.178 estabelecimentos classificados como familiares. A sua relevância em termos de área das unidades produtivas sob controle dos agricultores familiares, demonstrou um aumento de 30,48% em 1996, passando para 32,36% em 2006 e chegando a 33,49% no ano de 2017, representando um crescimento total de aproximadamente de 11 milhões de hectares. Em relação a ocupação das pessoas, ocorreu uma redução de 13.780.201 milhões para 12.221.432 milhões entre 1996 e 2017 significando uma diminuição de 827 mil agricultores familiares não ativos (GUANZIROLI; SABBATO; BUAINAIN, 2020).

Por outro lado, os autores Guanziroli, Sabato e Buainain (2020) colocam que o VBP foi sendo reduzido sucessivamente, onde em 1996 era de 37,91%, entre 2006 e 2017, teve

⁴ Para se aprofundar sobre essa metodologia, ver Guanziroli, Sabato e Buainain (2020).

uma drástica redução de 36,11% para 28,24% respectivamente, em contrapartida os autores afirmam que “apesar de ter diminuído sua importância relativa, não caiu em termos absolutos; pelo contrário, aumentou de R\$ 97.361.848, em 2006, para R\$ 133.937.780, em 2017” (GUANZIROLI; SABBATO; BUAINAIN, 2020, p. 192). Por fim, os 28,24% na participação e progressão do valor de produção da agricultura familiar depende da variação do tipo de produção, seja na pecuária, no cultivo permanente ou no cultivo temporário (GUANZIROLI; SABBATO; BUAINAIN, 2020).

Segundo o Censo Agropecuário de 2017, este indica que cerca de 77% das unidades de produção são classificadas ou categorizadas como agricultura familiar, compreendendo uma ocupação em torno de 80 milhões de hectares de terra, onde acima de 10 milhões de pessoas trabalham o que representa, para este período um rendimento de 40% do público na atividade (IBGE, 2025). Ainda segundo o último Censo Agropecuário de 2017, no que diz respeito ao valor da produção estimada, os resultados mostram que a agricultura familiar originou 106,5 bilhões de reais, em termos percentuais isso representa 23% da produção estimada. Por outro lado, a produção da não familiar (agronegócio) foi de 355,9 bilhões de reais, correspondendo a 77% do total da produção, ou seja, três vezes maior que a da agricultura familiar.

Em comparação com o Censo Agropecuário anterior, realizado em 2006, e, a partir de Bentes, Teixeira e Colucci (2023), houve uma diminuição de 10,2% no valor produzido pela agricultura familiar, resultando assim em um decréscimo de 2,2 milhões de trabalhadores rurais. Contudo, Bentes, Teixeira e Colucci (2023) comparam que os 23% do total nacional da produção da agricultura familiar representa um valor significativamente menor em relação aos grandes produtores de *comodities* agrícolas para exportação (soja e milho).

Os dados acima são um indicativo importante que a agricultura familiar no Brasil ainda precisa de mais incentivo, espaço e fortalecimento para aumentar sua produção se realmente o país e, principalmente o governo ver na mesma uma alternativa na produção de alimentos para combater a insegurança alimentar e a fome.

De acordo com o IBGE (2019), em relação as culturas permanentes e temporárias registradas nessa ordem evidenciam que o valor da produção representado pelo café e banana foi de 48%, enquanto 80% correspondem a produção da mandioca, 69% respondem ao do abacaxi e 42% dizem respeito a produção do feijão. Tendo em vista que os alimentos que chegam na mesa dos brasileiros, em sua maioria provém das unidades produtivas da agricultura familiar, assim representa um importante papel para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil.

Assim, agricultura familiar vem se consolidando no Brasil enquanto categoria conceitual e setor produtivo. Sua construção é reflexo de contínuas lutas, posicionamentos e reconhecimento de sua existência e importância para o país enquanto setor provedor de alimentos que visa promover a segurança alimentar nacional. Contudo, no espaço rural do Brasil, como demonstrado pelos números acima, além da agricultura familiar, temos o agronegócio, que exerce um predomínio no processo produtivo rural onde está inserido e que pode se dizer antagonista da agricultura familiar por se tratar de um segmento produtivo que tem por base o grande produtor e o mercado internacional a partir da comercialização de *commodities* que vem demandando cada vez mais espaço territorial para se estabelecer e conseqüentemente, diminuindo os espaços territoriais para a agricultura familiar.

Desta forma, no próximo capítulo será apresentada a categoria do Agronegócio conceitualmente, para o contexto brasileiro e a partir do que representa esse segmento para a economia nacional.

2 AGRONEGÓCIO: ANTECEDENTES, DEFINIÇÃO E CONTEXTO ATUAL BRASILEIRO E NA AMAZÔNIA

Neste capítulo, serão apresentados os antecedentes e contexto atual do agronegócio para que seja possível compreender a chegada do agronegócio da soja na Amazônia. Para tanto, divide-se em duas seções: a primeira trata dos antecedentes do agronegócio no âmbito internacional e nacional; e, a segunda, da chegada do agronegócio dentro do Brasil, no contexto das regiões sul e norte do país.

2.1 A Definição do Agronegócio: antecedentes e sua entrada no Brasil

O Agronegócio ou *agribusiness* surgiu nos Estados Unidos no ano de 1955, tendo sido criado por John Herbert Davis ao lado de Ray Allan Goldberg, ambos pesquisadores e economistas, em 1957 publicaram “O neologismo *Agribusiness*” onde tiveram o objetivo de atribuir nome sobre o crescimento da proximidade entre setor agropecuário e as funções montante e jusante relacionadas aos meios anteriores e posteriores que fazem parte do processo operacional do sistema agroindustrial (RIBEIRO NETO, 2018). Barros (2018, p. 32) diz que esse conceito:

[...] consiste nas operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, e processamento industrial, realizadas dentro da cadeia de produção agropecuária, onde a soma de proveitos econômicos criaria um novo setor de atividade econômica por si só.

E, ainda segundo Melo (2018), os criadores do termo *agribusiness* apoiavam que o sistema agrícola precisaria ser entendido como uma parcela integrante da indústria, uma vez que para eles as denominadas “fazendas modernas” não apresentavam autonomia da mesma forma que funcionava as propriedades da antiga agricultura, sendo estes os próprios produtores de alimentos e insumos necessários, diferente do *agribusiness* onde as grandes propriedades assumiram a função baseada em uma produção de monocultivos. Os autores norte-americanos defendiam a ideia de que a industrialização da agricultura seria encarregada de promover as condições necessárias para o bem-estar dos indivíduos, através do abastecimento de alimentos que passariam por todo o processo de industrialização, permitindo maior tempo de duração dos alimentos.

De acordo com Mendonça (2013) durante a Segunda Guerra Mundial houve um aumento na exportação por alimentos enlatados e grãos na Europa, tais alimentos representaram

um peso na cadeia do agronegócio americano, em 1960 outros produtos processados foram se tornando cada vez mais acessível ao mercado, devido a formação da cadeia de produtiva. Em relação ao conceito de agronegócio, o mesmo é entendido como sendo um processo que passou industrializar a agricultura a partir dos investimentos financeiros e tecnológicos, justificando assim a criação das nomeadas cadeias produtivas, cuja finalidade é aumentar as atividades agro químicas, industriais e comerciais.

Segundo Melo (2018) a utilização do termo agronegócio no Brasil está relacionada com a concepção do *agribusiness* que, como dito acima, originou-se nos Estados Unidos e difundiu-se para o Brasil na década de 1980, assim no decorrer de todo esse período ainda se fazia o uso do termo em inglês, o mesmo foi sendo divulgado em jornais e substituindo o título dos cadernos agropecuários em *agribusiness*, sem contar que eram frequentes os debates sobre o uso em inglês e embora posteriormente tenha sido traduzido para a língua portuguesa, houve ainda a utilização dos “[...] termos *complexo agroindustrial, cadeias agroeconômicas e sistema agroindustrial* [...]” (ARAÚJO, 2013, p. 6, grifo do autor), sobre os quais essas expressões apresentavam o mesmo sentido, mas foi somente em meados de 1990 que o agronegócio definitivamente teve sua aceitação mediante os meios de comunicação e a da esfera acadêmica-científica, onde nessa fase surgiu a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) como forma de representar os interesses dos agentes dessa categoria (ARAÚJO, 2013).

O objetivo dessa difusão era desfazer a ideia sobre o país possuir muitas áreas improdutivas, fazendo com que os métodos de modernização fossem empregados para assim elevar o grau de produtividade dessas terras na agricultura e conseqüentemente cresceria a renda dos produtores, mas, mantendo historicamente a posse da terra a partir dos latifúndios. Portanto, esse modo de produção agrícola para os defensores dessa denominação é visto como contemporâneo, mas, no Brasil, possui como origem o sistema de propriedades extensas e a monocultura histórica, mesmo que, ao longo dos anos se percebeu variações e ajustes deste processo de organização no uso das terras brasileiras (MELO, 2018).

Desde a época do colonialismo até os dias atuais, a política agrícola do Brasil tem dado prioridade à agricultura com estímulos para a comercialização de produtos agrícolas e minerais (MELO, 2018). Dentro do contexto da formação econômica do Brasil, pela obra de Celso Furtado, aonde os diferentes ciclos econômicos (ciclo do açúcar, ouro e café) se fizeram presentes na configuração do modelo primário exportador, caracterizando a base da economia pautado na exportação de bens primários para atender o mercado internacional e assim mantendo uma forte relação de dependência com as metrópoles por meio da importação de produtos manufaturados, conseqüentemente isso limitou as condições para a diversificação da

economia brasileira refletindo no atraso da industrialização (FURTADO, 2003). Em uma outra perspectiva, o modelo de desenvolvimento conhecido como agronegócio refere-se a denominação do setor agropecuário capitalista. Tendo em vista que tal modelo não é recente, sua origem remonta ao sistema de *Plantation*, onde em grandes áreas eram empregadas práticas de cultivos intensivos. Desde os primórdios do capitalismo em suas diversas etapas, esse conceito tem sofrido alterações e ajustes, aumentando ainda mais a exploração dos insumos produtivos entre terra e o trabalho (FERNANDES, 2004).

Essa categoria conhecida como agronegócio emerge no território brasileiro na intenção de ilustrar o modo de industrialização da agricultura e expressar que as cadeias produtivas compõem um agregado de partes para as transformações de variados insumos, até se chegar à mercadoria final e somando-se as contagens das atividades ligadas às indústrias e aos comércios no ramo da agricultura (MELO, 2018). Nessa perspectiva, Mendonça (2013) reforça que o significado do agronegócio no Brasil, parte da perspectiva em adotar a ideia de desenvolvimento predominantemente como sinônimo de avanço tecnológico, o que aconteceria em partes. Ainda segundo Mendonça (2013), essa perspectiva está presente, por exemplo, na determinação das denominadas cadeias de produção. Sendo esse o ponto de vista difundido sobre o campo com uma tendência modernizante, em que as áreas de latifúndios e da agricultura viveriam esse momento, representante de uma moderna agricultura, ou seja, agronegócio como sinônimo de modernidade e avanço do latifúndio produtivo, pois isso demonstraria um certo crescimento produtivo com propósito político-ideológico para transmitir uma imagem melhorada sobre as imensas propriedades, tendo sido continuamente vista como improdutivo e como uma barreira para o desenvolvimento econômico do Brasil (MELO, 2018).

Nesse sentido, Barros (2018) enfatiza que o agronegócio se caracteriza como um acordo, onde de um lado tem o sistema agroindustrial e do outro a propriedade fundiária, na intenção de alcançar rendimentos oriundos da terra, recebendo respaldo de políticas advindas do Estado. Santos (2021) pondera que o termo agronegócio, institucionalmente conceituado pelo projeto de Lei nº 487/2013, que até os dias de hoje permanece em tramitação no Senado brasileiro, visa a partir de um novo Código Comercial aperfeiçoar as bases regulatórias aos princípios do agronegócio, onde no artigo. 681 do Código Comercial onde busca definir o agronegócio como sendo uma:

[...] rede de negócios que integra as atividades econômicas organizadas de fabricação e fornecimento de insumos, produção, processamento, beneficiamento e transformação, comercialização, armazenamento, logística e distribuição de bens agrícolas pecuários, de reflorestamento e pesca, bem como seus subprodutos e resíduos de valor econômico (SANTOS, 2021, p. 16).

Dessa forma, percebe-se que o agronegócio trabalha de maneira interligando as funções econômicas, demonstrando a interdependência entre cada etapa do processo produtivo. Para Costa (2008) esses segmentos estão divididos em antes, dentro e depois da “porteira”, sendo essa uma visualização feita pelos sistemas agroindustriais a respeito do agronegócio, afirmando que tudo isso funciona de forma integrada e interdependente entre os múltiplos intermediários e tarefas executadas. Logo, o segmento antes da porteira trata dos produtores de matérias primas, insumos agrícolas e os trabalhos agropecuários; por outro lado o segmento dentro da porteira busca trabalhar a produção, tanto pelo lado da agricultura quanto da pecuária, ou seja, tudo que é produzido dentro do ambiente agroindustrial até a finalização dos produtos; por fim o segmento depois da porteira, onde é feito o beneficiamento do produto seguindo as fases compostas pelo armazenamento, industrialização, distribuição, comercialização, acesso aos negociadores, fixação de preços e etc.

Costa (2008) ainda analisa que o depois da “porteira” constitui uma menor parcela no agronegócio brasileiro, em termos de agregação de valor, mas quando se volta para o segmento dentro da porteira, o Brasil apresenta maior participação no agronegócio, por ainda ser caracterizado como produtor de insumos primários, sendo as exportações brasileiras compostas “[...] basicamente por commodities de produtos como açúcar, café, soja, frutas, ou seja, o Brasil exporta matéria-prima e/ou bens intermediários ou não acabados, possibilitando a agregação de valores fora do país” (COSTA, 2008, p.10).

Diante disso, o Brasil passou por uma intensa reestruturação produtiva que vem desde a década de 1960 no setor agropecuário, onde as bases técnicas e econômicas desse setor foram alteradas, tanto no cultivo das plantações, quanto na criação de animais, por apresentar incompatibilidade com os métodos contemporâneos de produção, distribuição e consumo. Tendo em vista, que o novo padrão de desenvolvimento agropecuário se fundamenta na integração entre a ciência, tecnologia e informação (ELIAS, 2005). Sendo isso ilustrado pela lógica do sistema capitalista de produção, como bem coloca Elias (2016, p. 64):

[...] tendo seu funcionamento regulado pelas relações de produção, distribuição e consumo globalizados, direcionando-se, cada vez mais, para atender à crescente demanda do mercado urbano interno e à produção de commodities para exportação.

Para isso foi preciso modificar as técnicas de produção, uma vez que está se voltou para atender as exportações, havendo a aplicação de procedimentos como:

[...] amplo emprego de máquinas (tratores, colheitadeiras, arados), insumos químicos (agrotóxicos, fertilizantes) e biotecnológicos (sementes geneticamente modificadas, novas variedades) fornecidos pela atividade industrial [...] (ELIAS, 2016, p. 64).

No entanto, a aquisição desses elementos a princípio acontecia pela importação, tendo em vista que o Brasil iniciou a fabricação desses produtos em larga escala no período dos anos de 1970, por meio da introdução de empresas multinacionais produtoras de tais insumos e equipamentos agrícolas (ELIAS, 2016). Elias (2016) destaca que o setor industrial proporcionou a abertura de seguimentos ligados as atividades do agronegócio. E isso decorreu da mudança do "modelo de importação" para a "internacionalização" do segmento especializado em máquinas agrícolas, que estava ligado aos programas oficiais de crédito subsidiado pelo governo. (FERNANDÉZ, 2007).

Portanto, o conceito de agronegócio possui uma abrangência, englobando as etapas prévias, durante e depois da produção agropecuária em si, o que indica uma complexidade na coordenação entre os agentes e agências participantes. A compreensão abrangente sobre o agronegócio, envolvem os aspectos econômicos e produtivos, relacionados com a contribuição do Produto Interno Bruto (PIB) para a economia, apresentando práticas de gestão moderna dando nova vida à produção agrícola e um novo significado ao latifúndio, tornando-o, dessa forma "produtivo", superando, assim, o seu modo "improdutivo", e, amplificando o discurso de diminuição de que o latifúndio é um dos principais obstáculos para o desenvolvimento econômico do país (COSTA, 2012).

E, para entender como o agronegócio enquanto atividade produtiva se instalou no Brasil, na próxima seção será apresentado esse processo tomando como ponto de partida a região Sul a Amazônia, no contexto do agronegócio da soja, como forma de compreender sua comercialização e processo de expansão da produção e escoamento no Brasil e na Amazônia.

2.2 A Instalação do Agronegócio da soja no Brasil: do Sul a Amazônia

No Brasil, o agronegócio da soja está associado com a chegada das primeiras sementes desse grão trazidas dos Estados Unidos em 1882 no estado da Bahia, onde foi realizado o primeiro experimento do cultivo do grão, sem grande êxito. Da Bahia para São Paulo, em 1891, foram realizados testes de adaptação no Instituto Agrônomo de Campinas, baseados em testes semelhantes efetuados no estado da Bahia. Nos testes feitos no Instituto paulista, foram constadas condições biofísicas apropriadas para o plantio, sendo realizada, posteriormente, a primeira distribuição das sementes de soja para produtores paulistas

(EMBRAPA, 2003; DALL'AGNOL, 2011). Entretanto, foi somente a partir do século XX, que o grão chegou na região Sul do país, especificamente no estado do Rio Grande do Sul, através de imigrantes japoneses, a princípio seu plantio foi introduzido como forma de obter uma cultura para a produção de forragem e usada como proteína para a alimentação de animais bovinos e suínos. Somente em 1914 se tem registro dos primeiros cultivos comerciais da soja nesse Estado (FERNÁNDEZ, 2007; DALL'AGNOL, 2011; BARBOSA, 2013).

A partir de 1941 e 1949 houve um aumento na produção de 25 mil toneladas no Rio Grande do Sul, coincidindo com a instalação da primeira indústria processadora do grão no país, alcançando em 1950 em torno de 100 mil toneladas, por conta da demanda do mercado internacional como matéria prima utilizada para a fabricação do óleo vegetal. Na década de 1960 para a segunda metade de 1970 se estabeleceu como atividade economicamente expressiva diante desses e outros fatores⁵, conseqüentemente novas fronteiras agrícolas foram iniciadas com forte ascensão do plantio nos estados de Santa Catarina e Paraná, e, posteriormente, expandindo-se para as demais regiões do território brasileiro (FERNÁNDEZ, 2007; DALL'AGNOL, 2011; BARBOSA, 2013).

Fernández (2007) sintetiza que a produção da soja brasileira se caracteriza em três períodos distintos, sendo assim: em um primeiro momento contou com a chegada do grão no território brasileiro, como explicitado acima, estando a produção concentrada no Sul do país e onde se fez presente o consórcio do cultivo do trigo com a soja. O segundo período, de 1970 até os anos de 1985 ficou conhecido por apresentar a modernização agrícola, a estrutura dos denominados complexos agroindustriais, nas localidades em que a produção se encontrava profundamente concentrada (Rio Grande do Sul e Paraná). Mas, também aconteceu que, em função das mudanças na estrutura de concentração fundiária no sul um processo de expansão da fronteira para o Centro-Oeste tendo no estado do Mato Grosso a intensificação da produção da soja que se deu em decorrência do processo de incentivo à migração de produtores e trabalhadores rurais através de programas de colonização, programas de crédito subsidiado, a ampliação da infraestrutura produtiva (armazéns), o investimento em pesquisa científica impulsionados pelo governo brasileiro. Esse processo de expansão da fronteira faz com que o terceiro período, de 1986 até atualidade, seja caracterizado pela ampla penetração da plantação de soja em outros estados brasileiros com o deslocamento da fronteira agrícola de grãos rumo as terras Amazônicas.

⁵ O cultivo intensivo da soja foi fortalecido tanto por apresentar vantagens nos aspectos técnicos, quanto econômico, sendo usado como revezamento nos períodos de plantio entre o dueto do trigo no inverno e a soja no verão, possibilitado por meio da política de subsídios da triticultura (BARBOSA, 2013; MIRANDA, 2014).

Para Silva, Lima e Batista (2011) a década de 1970 ficou marcada pelo reconhecimento da soja como o principal produto do agronegócio brasileiro, observada pelo crescimento das grandes plantações devido o acréscimo de novas tecnologias, ocasionando um aumento na produção para consumo interno e para exportação por ser considerada o grão mais produzido e consumido em nível global. E, para acompanhar esse aumento, surgiram várias industriais esmagadoras tanto com a finalidade de beneficiar a soja em óleo e farelo, como com o objetivo de transformar o óleo para o consumo humano (PAULO, 2010). Portanto, a fase primária do processamento da soja constitui a cadeia produtiva que abrange a partir da produção interna com foco na exportação bruta do produto, até o beneficiamento para a indústria que realiza o processamento e transforma o grão em outros derivados para comercialização no mercado interno e externo (SILVA; LIMA; BATISTA, 2011).

Segundo Barbosa (2013) entre os anos de 1970 a 1979 houve um significativo aumento da produção de soja no mercado brasileiro, a tonelada produzida mais que dobrou para 15 milhões, essa elevação na produção não está atrelada somente ao extenso plantio das áreas, mas devido ao grau de produtividade por meio do acesso as tecnologias facilitadas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Nesse período, os três principais estados da região Sul ainda detinham a maior parte do volume de produção da soja, o que correspondia a 80% do total produzido no Brasil, todavia, duas décadas depois foi sendo destacado a região do Centro-Oeste, formando a maior frente agrícola do Brasil. De acordo com Barbosa (2013, p. 11) essa mudança pode ser observada através do levantamento realizado pela EMBRAPA:

Segundo a EMBRAPA, nas décadas de 1980 e 1990 repetiu-se, na região tropical do Brasil, o explosivo crescimento da produção ocorrido nas duas décadas anteriores na Região Sul. Em 1970, menos de 2% da produção nacional de soja era colhida no centro-oeste. Em 1980, esse percentual passou para 20%, em 1990 já era superior a 40% e em 2003 esteve próximo dos 60%, com tendências a ocupar maior espaço a cada nova safra. Essa transformação promoveu o Estado do Mato Grosso, de produtor marginal a líder nacional de produção e de produtividade de soja, com boas perspectivas de consolidar nessa posição.

Nas décadas de 1970 e 1980 a região Centro-Oeste do país, especificamente o Mato Grosso foi o exemplo mais bem-sucedido na produtividade do cultivo de soja no Brasil e globalmente. Isso ocorreu devido aos estudos realizados nos últimos anos do século XX (solo, clima, adaptação de sementes, etc.) e à presença de terras de menor valor, disponibilizadas pelo governo estadual por meio de políticas de colonização. Devido aos aumentos de produtividade e das oportunidades oferecidas⁶ pelo Estado para a instalação de sojicultores do Sul do Brasil

⁶ Essas oportunidades dizem respeito as políticas de crédito agrícola e os programas de colonização custeados pelo Estado para incentivar uma agricultura moderna e o avanço da fronteira agrícola (MIRANDA, 2014).

com base na experiência da plantação de grãos, essa região se aprimorou na produção de grãos para exportação, além de usar sementes geneticamente modificadas, tecnologias, contou com acesso de órgãos do governo. E entre o final do século XX e começo do século XXI esse modelo de agronegócio atravessou as fronteiras do Mato Grosso, e adentrou os espaços do bioma amazônico (COSTA, 2012).

Fernández (2007) pondera que anteriormente o conjunto de elementos como os avanços tecnológicos e o agrupamento de capitais, era o que melhor descreveria as transformações na agricultura, nos dias de hoje, a nova atividade entre o Centro-Oeste e Norte se expressa pela descentralização da base Su-sudeste, sem a intenção de enfraquecer, mas observada como uma nova forma de juntar forças para cada vez mais avançar com as fronteiras agrícolas nas demais regiões e com isso perpetuar a dinâmica econômica regional no país.

Em relação a dinâmica de expansão da soja no Brasil, por ela ser diversa apresenta uma maior disparidade entre as regiões localizadas ao Sul, Centro-Oeste e Norte do território nacional. Por um lado, a soja está associada ao cultivo de outros grãos, enquanto por outro, está relacionada ao sistema de extração da madeira e áreas de pastagens (COSTA, 2012). Nesse sentido, Barbosa (2013) frisa que em relação ao exponencial aumento da produção das áreas cultivadas pela soja no decorrer dos anos, diversos fatores promoveram que esse tipo de cultivo fosse estabelecido como uma monocultura, sendo alguns mais propícios em determinadas regiões, que em outras e, um desses fatores, é a substituição das imensas áreas destinadas a atividade pecuarista (COSTA, 2012). Dessa forma, o processo de expansão do grão se direcionou em alguns estados da região Norte a partir dos anos 1990, como afirma Costa (2012, p. 79):

Ao longo da década de 1980, a soja ocupava as áreas de cerrado, tanto na região Centro-Oeste, nos estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, como nos estados de Minas Gerais e Bahia. Já na metade da década de 1990, verificou-se uma expansão da denominada “fronteira” agrícola, passando a desenvolver a produção nos estados do Maranhão, Piauí e Tocantins, região de “Mapito”, e nos estados de Rondônia, Amazonas, Pará e Roraima.

A perspectiva do avanço da fronteira agrícola de grãos e, especificamente da soja, para novos ambientes sucedeu de diversos fatores, dentre eles estão: o crescimento da procura por soja no mercado mundial; esgotamento da reserva de terras no território Sul do Brasil; pesquisas desenvolvidas tanto no Sul como na região Centro-Oeste, resultando na realização de experimentos no estado de Rondônia por volta de 1980, e posteriormente no ano de 1990 no Pará e Amazonas; investimento para implantação e melhoria da infraestrutura, promovida pela esfera governamental e terceiro setor da indústria de soja (COSTA, 2012).

A partir da produção em larga escala desenvolvida no Mato Grosso e por dispor de uma estrutura amparada em um modelo de produção agrícola modernizante, o agronegócio da soja procurou se estruturar no contexto da região amazônica a partir dos anos de 1990, através da implantação do cultivo de grão com base em um modelo de agricultura focado nos grandes empresários, em resposta ao intenso movimento do mercado global e do capital financeiro (COSTA, 2012; BARROS, 2018).

A pretensão inicial da expansão pelos produtores do Mato Grosso relacionados a produção da soja na Amazônia, estava atrelada a possível viabilidade econômica apresentada para escoar o grão em direção ao atendimento da exportação, dado a combinação do modal rodoviário com a utilização do transporte hidroviário até os portos localizados nas cidades de Itacoatiara (AM) e Porto Velho (RO) representava uma redução dos custos (BARBOSA, 2013; MIRANDA, 2014).

De acordo com Barbosa (2013) no começo dos primeiros plantios, os especialistas viam os desafios logísticos de transporte como o principal empecilho para expandir a soja na região tropical do bioma Amazônico. No entanto, essas questões foram sendo resolvidas através de negociações políticas a partir dos governantes, dos produtores de grãos e das denominadas *tradings*, empreendimentos que comercializam a soja e desempenham a função de promover o mais elevado grau de investimentos em infraestrutura para melhoramento da logística. Isso inclui pavimentação de rodovias, a exemplo da pavimentação da rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163), e a instalação de terminais graneleiros, a exemplo do terminal graneleiro da Cargill na cidade de Santarém, que, no ato da sua instalação em Santarém tinha a capacidade para armazenar aproximadamente um milhão de toneladas anualmente.

Miranda (2014) pontua que dentre os estados do Brasil, o Pará passou a demonstrar um elevado aumento no agronegócio de soja, havendo relação com a abertura da Cargill e com os interesses por parte de empresas de grande porte e produtoras de grãos das terras na região do planalto santareno. Segundo Leão (2017), a região do Oeste paraense está incluída no cenário mais atual de integração das novas áreas para o plantio de grãos, relacionada com o corredor Norte do Brasil, devido a recente via de exportação de monoculturas receber enormes investimentos provenientes de grandes conglomerados empresariais. Para Leão (2017) em relação ao modo de ampliação produtiva do monocultivo da soja nessa região, especificamente no Planalto Santareno (Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos), está relacionada a absorção de áreas rurais pelo sistema de produção de grãos, inserida pela nova frente de expansão agrícola, relacionada com a necessidade de redução de custo do escoamento em direção ao mercado externo e a manutenção dos grãos para a cadeia produtiva oleaginosa.

Assim, a busca incessante pelo desejo de lucro dos produtores de grãos e aos mercados consumidores de *commodities*, essa região passou a ser observada como um campo para a produção de soja e milho, mas, principalmente para servir de rota de escoamento com custo reduzido desses grãos. E, a "nova fronteira" aberta vem sendo explorada dentro de uma perspectiva do agronegócio globalizado. Os meios de escoamento afastaram algumas barreiras, onde atualmente conta com diversos meios de transporte disponíveis, incluindo os grandes navios cargueiros que diariamente partem em direção aos Estados Unidos e Europa, tendo como ponto de origem o terminal da Cargill (BARBOSA, 2013; LEÃO, 2017).

Nesse sentido, a Amazônia tem experimentado mudanças significativas em seus aspectos mais simbólicos. Antes focada somente nas atividades de extração de minério e de vegetal, agora possui um novo método de produção e está direcionada aos mercados globais do agronegócio (BARBOSA, 2013). Com o advento da agricultura mecanizada nesse território, fundamentada na utilização intensiva dos elementos naturais, causando mudanças nos tipos de práticas e cobertura da terra. Isso tem gerado transformações e reorganizações na estrutura territorial, originando distintos arranjos socioespaciais, impactando o modo de vida de diversos atores sociais, principalmente nas populações rurais (indígenas e quilombolas) que habitam esse território (SANTOS, 2015).

A ação do Estado ao estabelecer políticas territoriais tende a intensificar essas desigualdades com o passar do tempo. Em suma, elas são orientadas pela égide do progresso, difundido a qualquer preço. Nota-se uma ligação direta entre os incentivos da economia internacional e a ascensão das frentes de expansão de *commodities* no território amazônico. As atuações dessas frentes expansionistas revelam caminhos estreitos que se estendem além da linha do horizonte, dando a sensação de infinito. Por outro lado, observam-se tons monocromáticos. Este panorama é resultado das plantações de soja e milho, que se espalham por espaços comuns de agricultores, mantendo-se em condições similares a ilhas. Isso tudo está gerando dinâmicas territoriais com variadas alterações e consequências (SANTOS, 2015).

A introdução do agronegócio na região amazônica despertou diferentes olhares, dentre eles estão: estudiosos de várias áreas, grupos sociais, entidades públicas e outros. No entanto, o que tem recebido destaque são as pesquisas na região sobre como as atividades agrícolas foram se desenvolvendo, estando ligada com a extinção da biodiversidade, devido as transformações ocasionadas na utilização das áreas férteis, resultando na alteração da paisagem. Além disso, demais estudos indicam efeitos provocados na agricultura familiar e discussões referente a ocupação da terra no limite agrícola da região (COSTA, 2012).

Por fim, com base no que foi descrito a respeito da instalação do agronegócio no Brasil, mediante a contextualização espacial das regiões tratadas, tendo em vista que a dinâmica da frente agrícola considera a região amazônica como uma das localidades estratégicas que despertou e desperta o interesse no avanço da produção de grãos, em especial a soja, mobilizada por vários aspectos ligados a instalação desse modelo de desenvolvimento agrícola, passando acarretar mudanças relacionadas a ocupação das áreas em que o plantio da oleaginosa se faz presente. Um exemplo disso é a região do Planalto Santareno, onde o município de Mojuí dos Campos está inserido e, sendo este o local escolhido para se trabalhar algumas ponderações sobre como esse processo de avanço da fronteira de grãos, no referido município, está sendo percebido por gestores da Secretaria Municipal de Agricultura (Semagri), técnicos extensionistas da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e por membros do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Mojuí dos Campos como um município que ao longo de sua história se consolidou como uma região de produção de alimentos com base na agricultura familiar. Tema que será apresentado no terceiro capítulo.

3 AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO EM MOJUÍ DOS CAMPOS: PERCEPÇÕES DE GESTORES, TÉCNICOS DA EMATER E MEMBROS DO STTR

O presente capítulo traz uma breve caracterização do município de Mojuí dos Campos (seção 3.1), remetendo desde o seu processo histórico até sua configuração enquanto município emancipado. Na segunda seção (3.2), é apresentado as duas principais categorias descritas no capítulo 1 e capítulo 2, dentro do contexto de Mojuí dos Campos, sobre como estas vem se desenvolvendo. E finaliza-se o capítulo com a apresentação das percepções dos gestores, técnicos da Emater e membros do STTR sobre como a chegada do agronegócio da soja vem influenciando a produção da agricultura familiar do município.

3.1 Caracterização de Mojuí dos Campos

A formação histórica de Mojuí dos Campos se destaca pela origem no próprio nome, estando relacionada com a chegada das primeiras famílias de imigrantes nordestinos que ao se estabelecerem naquele local “[...] encontraram pequenas áreas cobertas de capins, na época conhecidos por Mojuí. Assim podemos denominar de Mojuí dos Campos ou Capim dos Campos” (FAPESPA, 2023, p. 8) sendo assim, o nome desse município foi dado pelos seus primeiros residentes nos primórdios de 1910. Esse processo de imigração ocorreu a partir do primeiro ciclo da borracha entres os anos de 1879 a 1912, mas foi no contexto do segundo ciclo na região amazônica, ocorrido entre 1941 a 1945, que mais se intensificou esse processo de imigração para o então povoado de Mojuí dos Campos. Esse período que ocorria em plena Segunda Guerra Mundial, e, o governo federal à época sob a presidência de Getúlio Vargas, articulou um alistamento, denominado de “soldados da borracha” que atraiu uma grande quantidade de nordestinos, direcionados para o Norte do país, na intenção de suprir a falta de mão de obra para trabalhar com a extração do látex, somados aos motivos de adquirir riqueza e por estes sofrerem com a forte estiagem no nordeste brasileiro (BORGES, 2020).

Com o fim do ciclo da borracha na região, um novo processo de imigração se deu, agora com os trabalhadores rurais regionais, dentre esses, os nordestinos, que se deslocaram para trabalhar em atividades extrativistas e agricultura familiar, assim ocuparam as áreas do planalto santareno, principalmente o povoado de Mojuí dos Campos, onde partes desses foram recebidos por famílias nordestinas que se encontravam no lugar, dentre elas a família Walfredo, considerada uma das primeiras a se estabelecer no local (BORGES, 2020). Nesse sentido, por

meio de informações primárias⁷ acessadas no banco de dados do Projeto Formaz/Ufopa de pesquisas realizadas no município no ano de 2018, pode-se afirmar que no decorrer da década de 1950, esse local presenciou um rápido avanço populacional, pois no período de 1952 foram em torno de 50 famílias que passaram residir no território.

No dia 18 de julho de 1951 chegaram a Santarém vindo de Frecheirinha, estado do Ceará, a família de Júlio Walfredo da Ponte e seu filho Antônio Walfredo, juntamente com sua esposa dona Maria Walfredo Fernandes. Estas famílias se estabeleceram na colônia Palhal, próximo a Mojuí dos Campos. Em 1952 mudaram-se para Mojuí dos Campos, convidaram outros familiares do Ceará a se transferirem para Mojuí dos Campos. Entre os novos moradores chegados do Nordeste havia famílias não católicas que logo fundaram a igreja pentecostal (ENTREVISTADO 1, novembro/2018 – Acervo FORMAZ)

A fala acima exemplifica a chegada das famílias nordestinas e, com a vinda de dessas novas famílias em 1952, para o então povoado de Mojuí dos Campos, fez crescer a busca por terras para cultivar produtos da agricultura familiar (feijão, mandioca, frutas etc.). Conforme foram se estabelecendo, formaram “as primeiras colônias agrícolas de trabalhadores tipicamente nordestinos: Bom Gosto, Palhal, Boeira, Boa Fé, Poço Verde, São Tomé, Baixa D’Água, entre tantas outras” (SALIM, 2010, p.52) e que anos mais tarde quando Mojuí dos Campos se tornou vila essas colônias se transformaram em comunidades. A partir do aumento da densidade populacional o povoado de Mojuí dos Campos foi se expandindo e chegou à categoria de vila em 31 de dezembro de 1964 por meio da Lei nº 3.227 assinada pelo governador da época Jarbas Passarinho, ainda no século XX permaneceu por um longo período enquanto vila e distrito de Santarém.

Após três décadas enquanto vila, Mojuí dos Campos se tornou distrito de Santarém, à medida que se fortalecia cada vez mais o contingente populacional a vontade por parte dos habitantes em se tornar independentes se intensificava, assim passou se organizar politicamente resultando na garantia de representante na Câmara de Legislação no Município de Santarém. Sendo válido pontuar que Mojuí dos Campos durante 50 anos era um espaço sob jurisdição do município de Santarém, primeira vila e depois assumiu a categoria de distrito (FAPESPA, 2016).

O processo histórico deste município, em termos políticos, apresenta, portanto, um processo de vontade e tentativas de emancipação que passou por um período de treze anos para de fato conseguir se desmembrar de Santarém. A luta se iniciou em 1995 a partir do primeiro

⁷ O Banco de informações do Projeto Formaz/Ufopa é composto por relatos, entrevistas e acervo bibliográfico que foram levantados pela Turma CE2017, bolsista e pesquisadores do Projeto, e, que foi cedido para utilização nesse trabalho.

plebiscito, sobre o qual não vigorou devido a alegação de que Mojuí dos Campos não teria condições de infraestrutura para se tornar município, além disso, foi constatada a existência de fraudes política nas etapas que se buscava a regulamentação (FREITAS *et al.*, 2022), havendo a necessidade de um segundo plebiscito em 1999, e, nesse mesmo ano, recebeu a ratificação como município pela Lei Estadual 6.268/1999 (FAPESPA, 2023; MOJUÍ DOS CAMPOS, 2025).

Porém, somente em 2009 ocorreu a aprovação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para realizar a primeira eleição, sendo marcado pela suspensão no ano seguinte por conta de uma decisão inesperada por parte do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), entretanto, a concretização para exercer a autonomia política-administrativa aconteceu a partir de 2013 após as eleições de 2012 para escolha do primeiro prefeito e demais representantes políticos para compor a câmara municipal, oficializando, desta forma, a criação do município de Mojuí dos Campos (FAPESPA, 2023; MOJUÍ DOS CAMPOS, 2025).

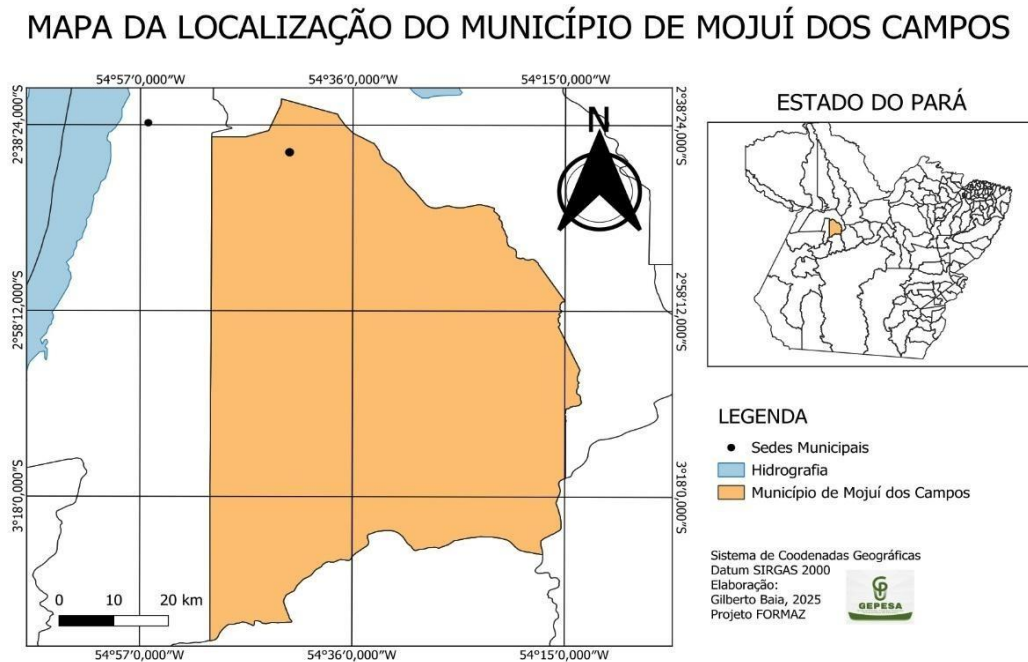
As principais atividades econômicas de Mojuí dos Campos são pautadas na agricultura, pecuária e comércio local (MOJUÍ DOS CAMPOS, 2025; FREITAS *et al.*, 2022). Segundo o IBGE (2025), a produção agrícola do município é constituída pelas lavouras permanentes e temporárias (**Quadro 1** e **Quadro 2** apresentados na seção 3.2) presentes no espaço rural desse território.

Para além dessas atividades, pode-se destacar ainda que Mojuí dos Campos possuem uma cultura diversa, a Fapespa (2023) afirma que durante todo o ano acontecem festividades, como o famoso arraial do padroeiro Santo Antônio, no mês de junho. Em julho, acontece a Festa da Integração Nordestina, marcada por exposições culturais, danças, comidas típicas, e shows. Essa festividade busca lembrar a “saga dos nordestinos que vieram para a região e construíram na localidade distante a 37 km de Santarém, uma história de trabalho” (FAPESPA, 2023, p. 9) onde a cada edição do evento mantem o resgate da história dos antigos moradores que fundaram e viveram no recente município. Em novembro é realizado a Caminhada de Fé Com Maria, uma manifestação religiosa que reúne milhares de pessoas em uma procissão, percorrendo junto a imagem de Nossa Senhora da Conceição, padroeira do município de Santarém, 38 quilômetros, tendo como ponto de partida Mojuí dos Campos até a catedral da matriz de Nossa Senhora da Conceição, em Santarém (FAPESPA, 2023)

Conforme a **Figura 01**, o município de Mojuí dos Campos está situado na mesorregião do Baixo Amazonas no Estado do Pará e integra a região metropolitana de Santarém (MOJUÍ DOS CAMPOS, 2025). De acordo com informações do IBGE (2025) apresenta por meio do censo demográfico de 2022 uma população atual de 23.501 habitantes,

sendo esse total compreendido em 36,01% a população que reside em espaços urbanos e 63,99% em áreas rurais, observando uma predominância da população rural no município. Possui uma extensão territorial que abrange cerca de 4.988.236 km², e dentre os municípios com quem faz limite, estão: Santarém, Belterra, Placas e Uruará (IBGE, 2025).

Figura 01 – Mapa da Localização do Município de Mojuí dos Campos - PA



Fonte: Elaborado por Gilberto Baia (2025); acervo FORMAZ.

Destaca-se que a agricultura é reconhecida como a base de sustentação econômica de Mojuí dos Campos. Contudo, nos últimos anos, com o avanço da fronteira do agronegócio para a região do Planalto Santareno, um dos segmentos dessa atividade, a agricultura familiar vem sendo afetada pelas transformações desse processo, em decorrência da plantação de soja e milho em Mojuí dos Campos nas proximidades das plantações dos agricultores familiares (FREITAS *et al.*, 2022). Nas próximas seções essas atividades – agricultura familiar e agronegócio – serão detalhadas para que assim sejam compreendidas como estas vem se desenvolvendo ao longo do tempo em Mojuí dos Campos.

3.2 Agricultura Familiar

A agricultura familiar expressa grande importância para a formação socioeconômica da cidade de Mojuí dos Campos, por possuir uma forte representação histórica em decorrência do processo de migração das famílias nordestinas que se instalaram nesse

município, onde conseguiram desenvolver o plantio de uma variedade de produtos agrícolas, tornando a base para a subsistência e conseqüentemente uma das principais atividades econômicas (MOJUÍ DOS CAMPOS, 2025)

Entre as décadas de 1950 e 1960 a base econômica de Mojuí dos Campos se dava por meio dos ciclos de produção na agricultura familiar, os principais cultivos da época eram: arroz, feijão, farinha de mandioca, milho e outros. Além disso, existia atividade de extração de plantas vegetais e madeiras de lei, como: Breu, látex, óleo de copaíba, óleo de andiroba, cedro, freijó e itaúba. No fim da década de 1960 teve início o cultivo de malva destinado a produção para a fábrica Tecejuta instalada em Santarém, perdurou até 1980. No mesmo ano se iniciou o ciclo da pimenta do reino, que teve duração de dois anos, devido ao surgimento de pragas terem causado à diminuição na produção (SANTOS, 2017).

Posteriormente, começou a ser produzido alimentos cítricos, como abacaxi, laranja e entre outros. Em 1997, com a introdução da agricultura mecanizada, o município passou a ser o principal polo produtor de grãos da região Oeste do Pará (SANTOS, 2017). Partindo dessa última configuração, Freitas *et al.* (2022) explica que Mojuí dos Campos juntamente com Belterra e Santarém constituem o chamado planalto santareno, por possuírem terras férteis e favoráveis ao cultivo de grãos, principalmente da soja, onde por volta de 1997 até o presente momento, entraram no foco dos produtores de grãos provenientes especificamente da região do Mato grosso. Pereira e Cruz (2014), ponderam que isso passou a ocorrer em razão do avanço da produção de *commodities* agrícolas para exportação, na região norte.

Em de Mojuí dos Campos, a expansão da soja tem resultado em transformações nas áreas e estilo de vida dos agricultores familiares, tanto pela pressão por parte dos produtores de grãos em comprar as terras dos agricultores, quanto pelos prejuízos gerados à saúde e às plantações destes, devido o intenso uso de agrotóxicos nas extensas fazendas de soja (NASCIMENTO *et al.*, 2024). Ainda assim, aos que resistem a esses enfrentamentos, a produção da agricultura familiar tem se mostrado diversa e importante para o município mojuense, tendo em vista que os agricultores mesmo realizando as atividades rurais sem tanto acesso a recursos (crédito, tecnologia, comercialização, preço etc.) em seus estabelecimentos conseguem produzir alimentos para abastecer o mercado local e regional (FREITAS *et al.*, 2022).

Dessa forma, é perceptível o quanto a agricultura familiar busca resistir e manter um cenário de continuidade da propriedade familiar rural destes visando assegurar a alimentação da população, e assim continua sendo uma região que apresenta uma diversificação de produtos oriundos da agricultura familiar (FREITAS *et al.*, 2022; NASCIMENTO *et al.*,

2024). Nesse sentido, por meio de dados disponibilizados pelo Sistema IBGE de Recuperação Automatizada (SIDRA-IBGE) a região apresenta uma diversificação originados da agricultura familiar e do agronegócio. Conforme o **Quadro 01** é possível observar a produção de produtos provenientes de culturas permanentes em termos de quantidade produzida e área plantada no ano de 2023. Dentre esses produtos as frutas são as mais produzidas no município, dando destaque ao açaí, banana, maracujá, mamão e laranja.

Quadro 01 – Produção das Lavouras Permanentes em Mojuí dos Campos (2023)

| Produção das Lavouras Permanentes | | |
|--|---------------------------------|---------------------------|
| Produtos | Quantidade Produzida (t) | Área Plantada (ha) |
| Açaí | 525 | 80 |
| Banana | 508 | 45 |
| Cacau | 6 | 8 |
| Coco-da-Baía | 39 | 15 |
| Goiaba | 40 | 4 |
| Laranja | 100 | 20 |
| Limão | 50 | 10 |
| Mamão | 235 | 25 |
| Maracujá | 282 | 60 |
| Pimenta-do-Reino | 180 | 90 |
| Tangerina | 40 | 10 |
| Urucum | 17 | 30 |

Fonte: Elaborado pela própria autora, a partir de dados do SIDRA-IBGE (2025).

O **Quadro 02**, mostra a produção de lavouras temporárias que se fazem presente no espaço rural de Mojuí dos Campos. Esse tipo de lavoura corresponde as culturas com pouca e média duração entre o plantio e a colheita, os mais comuns são o feijão, milho e soja, estando incluído nessa categoria o abacaxi, arroz, cana-de-açúcar, mandioca e melancia (FAPESPA, 2016; IBGE, 2025).

Quadro 02 - Produção das Lavouras Temporárias em Mojuí dos Campos (2023)

| Produção das Lavouras Temporárias | | |
|--|---------------------------------|---------------------------|
| Produtos | Quantidade Produzida (t) | Área Plantada (ha) |
| Abacaxi | 3.450 | 150 |
| Arroz (com casca) | 350 | 100 |
| Cana-de-açúcar | 250 | 10 |
| Feijão (Grão) | 75 | 125 |
| Mandioca | 12.672 | 1.320 |
| Melancia | 1.440 | 80 |
| Milho (grão) | 184.500 | 49.500 |
| Soja (grão) | 175.000 | 50.000 |

Fonte: Elaborado pela própria autora, a partir de dados do SIDRA-IBGE (2025).

Em se tratando dos produtos classificados pela lavoura temporária, temos o abacaxi, a mandioca e melancia que são culturas cultivadas pela agricultura familiar, assim como o feijão, o arroz e o milho que também são cultivados em pequenas áreas pelos agricultores familiares. Todavia, em grandes extensões de áreas, tanto o arroz quanto o milho, somado a soja são produzidos em larga escala pelos grandes produtores de grãos na região⁸. É válido pontuar que no **Quadro 02**, para o ano de 2023, o milho em termos de quantidade produzida foi um pouco maior que a soja, mas a soja detém o domínio da área plantada, apresentando uma diferença de 500 hectares acima do milho.

Por outro lado, os produtos que são cultivados em sua maioria pela agricultura familiar ambos presentes nas produções das lavouras permanentes e temporárias apresentaram quedas entre os anos de 2013 a 2023, conforme os dados do IBGE-cidades (2025), nas lavouras permanentes a área plantada da banana, do coco-da-baía sofreram quedas acima de 50%, os alimentos cítricos obtiveram uma variação de quedas, pois a laranja caiu para 68,8%, o limão diminuiu para 76% e a tangerina chegou 100% de diminuição, enquanto que o maracujá demonstrou variação de área plantada, o mamão caiu em torno de 30,6%, a melancia decaiu para 20%, mas entre todos esses alimentos plantados pelos agricultores familiares, a produção da mandioca considerada uma cultura temporária é a que apresenta uma maior queda de 85%.

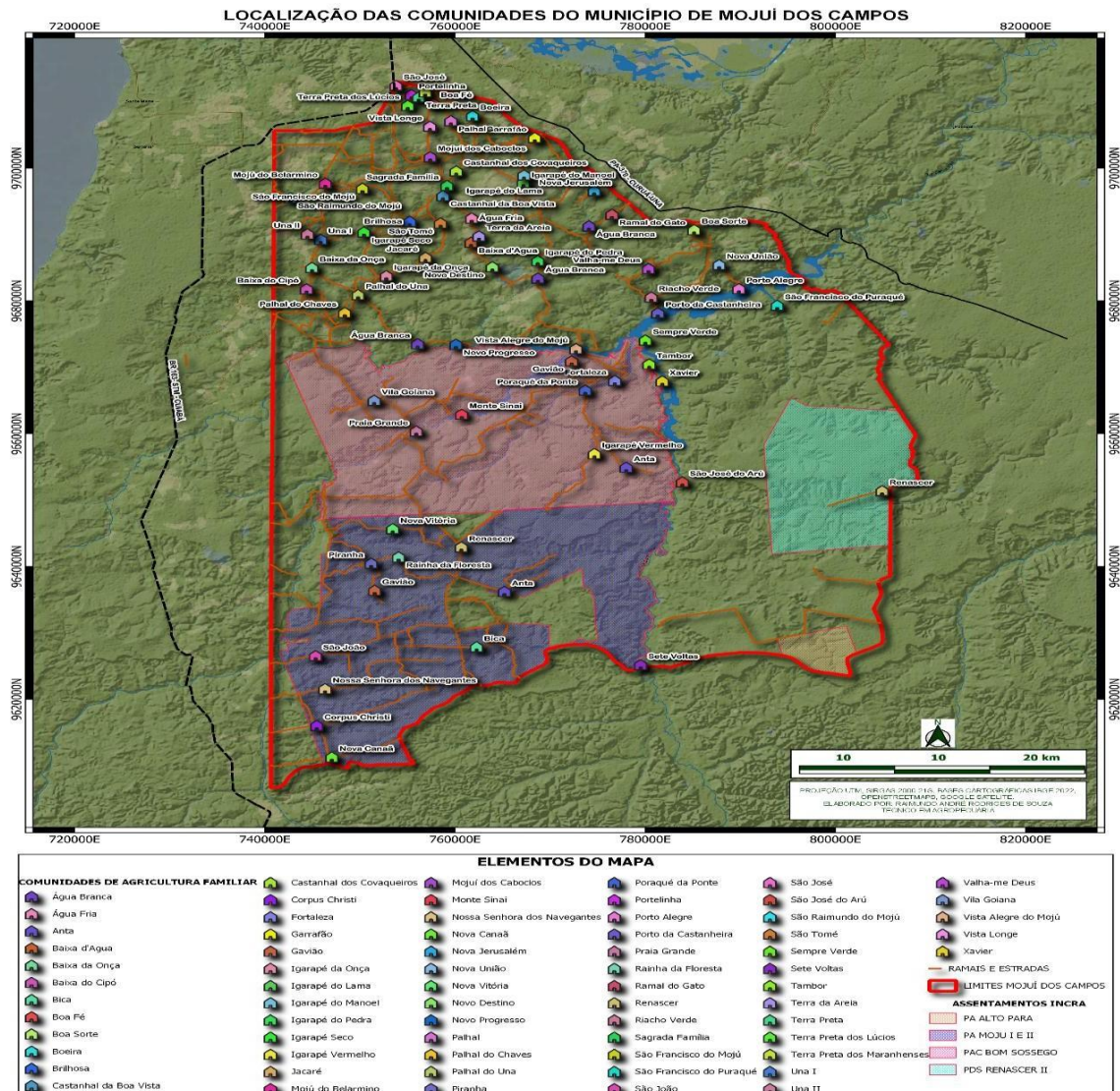
Em relação a quantidade produzida a banana caiu 224%, o coco-da-baía apresentou queda de 84,7%, a laranja e o limão caíram a acima de 90%, a tangerina atingiu 86% de queda e o mamão diminuiu para mais de 50%, por fim, a melancia e a mandioca, tiveram quedas de

⁸ Informação oral concedida pelo Técnico da Emater em 24/04/2025.

52% e 89,8%, respectivamente. O açaí, cacau e goiaba não foram demonstrados em termos percentuais, por estes não estarem inseridos desde 2013 na base de dados do IBGE.

Para Freitas *et al.* (2022), a diminuição de produtos oriundos da agricultura familiar em Mojuí dos Campos se explica por diversos fatores relacionado ao avanço do agronegócio de grãos, onde um dos fatores que podem ser citados é a da concentração de terras (FREITAS, *et al.*, 2022). Bataier (2024) por meio de relatos de agricultores familiares e membros representantes do STTR de Mojuí dos Campos, afirma que o município era composto por aproximadamente 130 comunidades rurais, dessas 19 deixaram de existir por completo, algumas vem apresentando a perda das áreas por conta da expansão da soja e encontram-se suscetíveis ao desaparecimento.

Figura 02 – Mapa de Localização das Comunidades do município de Mojuí dos Campos – PA



Fonte: Elaborado por Raimundo Sousa (2025).

Com base na **Figura 02** são contabilizadas 69 comunidades que atuam com a agricultura familiar, destacadas por cores na figura, ou seja, essa quantidade representa metade do total de 130 comunidades que existiam no município. Segundo informações do Entrevistado da Emater⁹, essas 69 comunidades são sempre visitadas e assistidas pela Emater de Mojuí dos Campos, sendo onde se concentram um maior quantitativo de agricultores familiares. As demais comunidades que não aparecem identificadas são por razão dessas terem desaparecidos ou pelo fato de não constarem no levantamento dos serviços disponibilizados pela Emater. Além disso, as cores em amarelo, lilás, rosa e verde demonstram o limite de quatro assentamentos demarcados pelo INCRA no território de Mojuí dos Campos.

Embora a agricultura familiar em Mojuí dos Campos desempenhe um papel crucial para a produção de alimentos, a expansão do agronegócio da soja, tem afetado negativamente os produtores da agricultura familiar e, os resultados são observados conforme a redução de áreas atribuídas as culturas de fruticultura, mandioca e entre outros produtos ofertados pela agricultura familiar que abastecem feiras e mercados regionais (BORGES, 2020).

Na próxima seção, tratar-se-á da expansão do agronegócio de grãos no município de Mojuí dos Campos, partindo do contexto do avanço do agronegócio da soja no Planalto Santareno até a sua chegada de fato em Mojuí dos Campos.

3.3 Agronegócio em Mojuí dos Campos

Com o avanço da produção de grãos no Planalto Santareno, considerada como uma região estratégica para expansão da fronteira agrícola, o contexto socioambiental e a forma de reprodução de vida dos agricultores familiares passaram a se encontrar em estado de ameaça (BORGES, 2020; SOUSA; SAUER, 2023). Entretanto, as percepções dos autores Pereira e Cruz (2014) sobre a entrada da soja nessa região foi sendo:

[...] acompanhada de grandes controvérsias, envolvendo vários embates com a sociedade civil local. Mas a princípio, a intensificação desse plantio, prometia um verdadeiro “boom” para o território local, e passou a ser considerado o “ouro verde” do momento (PEREIRA; CRUZ, 2014, p. 2).

O discurso sobre o progresso viabilizado pela introdução da produção de grãos, promoveu transformações estruturais e territoriais entre diferentes atores sociais, uma vez que esses possuem concepções socioeconômicas e modelo de desenvolvimento divergentes (SANTOS, 2015; LEÃO, 2017). Leão (2017) ressalta que os interesses em cima das áreas rurais

⁹ Informação oral concedida pelo Entrevistado da Emater em 29/03/2025.

provêm de produtores de grãos da região do Mato Grosso, áreas essas que se encontravam antes sob uso dos agricultores familiares, por sofrerem com as intensas pressões e conflitos territoriais se sentiram obrigados a deixar ou vender suas terras.

Bataier (2024) afirma através do acesso a um levantamento realizado na região pelo STTR de Santarém onde constatou que cerca de 600 agricultores familiares teriam vendido suas áreas para os produtores de grãos no ano de 2002, um período antes da instalação do porto graneleiro da Cargil em Santarém. Considerado um dos estímulos para os produtores de outras localidades que se direcionaram ao Planalto Santareno em razão de adquirir novas áreas para o cultivo de grãos. Para Borges (2020, p. 67) desde “[...] a trajetória dos primeiros movimentos migratórios para a região, os produtores de caráter familiar sempre buscaram a reprodução das famílias, enquanto os patronais buscavam o domínio do território” e isso se explica pelos incentivos oferecidos por grandes empreendimentos.

Nesse contexto, Salim (2010) aponta que o município de Mojuí dos Campos tem sido o centro de constantes mudanças por parte do processo dinamizador em relação a utilização das áreas rurais. Com base nisso, Pires *et al.*, (2023, p.192) considera que Mojuí dos Campos “[...] está passando por um rápido crescimento de atividades agrícolas de larga escala, especialmente as monoculturas de soja, o desmatamento da floresta tropical, e a mudança de vida de pequenas comunidades tradicionais”. Para Borges (2020) isso é foco de estudo, principalmente, pelo agronegócio apresentar um crescimento elevado da área plantada de soja.

Santos (2015) pontua que pesquisas em cima da temática são pertinentes, uma vez que possibilitam verificar as transformações e consequências resultantes desse padrão de produção neste município. Além do mais, o autor reforça que áreas hoje onde são produzidas a soja durante muito tempo já teriam sido ocupadas por agricultores familiares, tendo em vista que isso foi proporcionado por confrontos territoriais e modificações em comunidades locais, “[...] no caso de Mojuí dos Campos destacam-se as mudanças na paisagem, no sistema alimentar e nos hábitos de consumo configurando novos padrões, em função da redução de áreas e de produção de alimentos locais” (NASCIMENTO *et al.*, 2024), por conta do avanço do agronegócio.

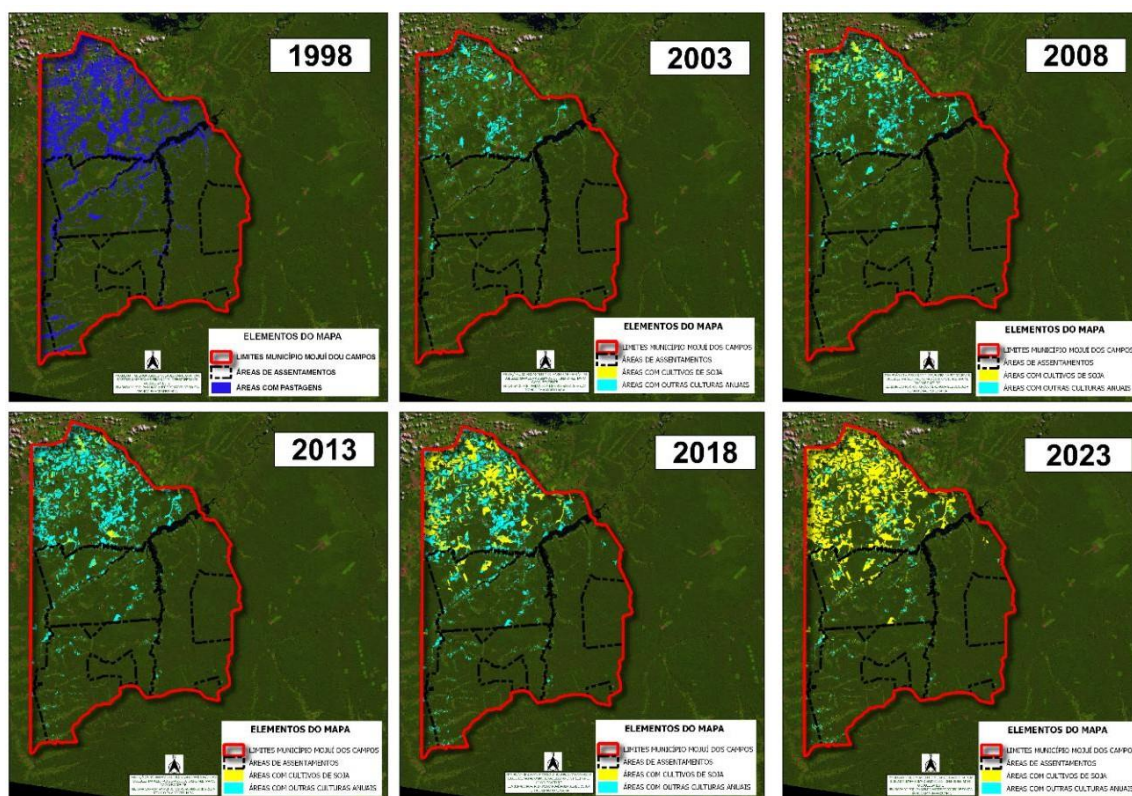
A retirada dos habitantes do meio rural em Mojuí dos Campos começou no final da década de 1990, momento em que uma parcela de agricultores vendera suas áreas para criadores de gado, antes mesmo da introdução das lavouras de grãos. Na metade da década de 2000, a soja começou a substituir as pastagens, intensificando a pressão para que os pequenos produtores rurais vendessem suas terras (BATAIER, 2024).

Dessa forma, a região de Mojuí dos Campos anteriormente dominada por diversas comunidades que tinham a agricultura familiar como base de sua subsistência, com a existência de terras ocupadas pela pecuária extensiva e as florestas de mata virgem ou antropizadas, passou ser cada vez mais alterada e destinada para o plantio de grãos (arroz, milho e especificamente a soja), provocando assim desflorestamento e a concentração fundiária (SALIM, 2010). De acordo com Bataier (2024) a configuração visual da propriedade de agricultores familiares em Mojuí dos Campos é observada de cima da seguinte forma:

Vista do alto, a propriedade da família é uma ilha verde em meio ao deserto da monocultura. Com 38 hectares, o lugar guarda três nascentes de igarapés, cercadas pela mata preservada. Diante da casa, um estradão de terra delimita fronteiras. De um lado, a agricultura familiar. Do outro, estende-se a perder de vista o terreno arado, onde a soja é intercalada com o cultivo do milho, a depender da época do ano. Ali, da floresta, restaram pequenos trechos (BATAIER, 2024, p. 1).

A partir da expansão das monoculturas de grãos no planalto santareno, Mojuí dos Campos é um dos municípios que mais tem perdido espaços de áreas verdes. No entanto, o território ainda compreende espaços com floresta, pastagem, capoeira e áreas mecanizadas (SALIM, 2010). Costa e Escada (2019) afirmam que na porção norte encontram-se presentes o desenvolvimento de monocultivo, enquanto na parte sul do município compreende uma parcela da agricultura familiar. A **Figura 03** apresenta o mapa da expansão do agronegócio de grãos no território de Mojuí dos Campos a partir do período de 1998-2023.

Figura 03 – Mapa da expansão de áreas do agronegócio em Mojuí dos Campos de 1998-2023



Fonte: Elaborado por Raimundo Sousa (2025).

Pode-se observar na **Figura 03** mudanças no espaço territorial do município de Mojuí dos Campos, estando concentradas em sua maioria na parte norte apresentadas em distintos períodos no mapa, onde em 1998 a imagem capturada por satélite revela que a cobertura do solo de Mojuí dos Campos era tomado por áreas com pastagem, a partir de 2003 nota-se a presença de áreas com cultivos de culturas anuais e cultivo de soja, que vai se intensificando ao longo dos anos tomando o espaço da produção de outras culturas. De acordo com a Emater ¹⁰ essas outras culturas anuais plantadas por agricultores familiares compreendiam as áreas plantadas de mandioca, milho, arroz, feijão, abacaxi e mamão.

Em 2008, segundo Andrade, Corrêa e Coêlho (2016), o espaço rural de Mojuí dos Campos, ainda fazia parte do território de Santarém e a produção agrícola era baseada sobretudo, na agricultura familiar, sem a necessidade de vastas áreas para o cultivo. Nesse mesmo ano, o cultivo de soja se apresentava um pouco evidente, mantendo assim até em 2013, no entanto, a partir dos anos de 2018 a 2023 as áreas ocupadas pelo plantio de soja tornaram-se mais expressivas, ou seja, ao longo do tempo as outras culturas anuais passaram a perder espaço para a expansão do agronegócio da soja, tendo ainda avançado até para as terras

¹⁰ Informação oral concedida pelo Entrevistado da Emater em 24/04/2025 sobre as culturas anuais que eram plantadas.

identificadas como de assentamentos. Freitas *et al.* (2022) ressalta que o avanço da soja ocorreu para além das áreas destinadas as pastagens, atingiu as áreas que antes eram voltadas para a produção da agricultura familiar.

Após seu desmembramento de Santarém, a fronteira agrícola de Mojuí dos Campos começou a ser analisada de forma mais detalhada (NASCIMENTO, *et al.*, 2023). Tendo em vista, que a partir da sua autonomia político-administrativo enquanto município emancipado, no decorrer dos anos, passou a liderar a produção de soja no Planalto Santareno (BARROS *et al.*, 2020). Diante disso, Sousa (2022) afirma que a emancipação proporcionou aumento no cultivo de soja, revelando esse como o grande produtor da monocultura na região. De acordo com informações divulgadas pelo site do IBGE-Cidades (2025), dentre os municípios que compõem o estado do Pará, Mojuí dos Campos ocupa atualmente a sétima colocação no *ranking* das 10 maiores cidades produtoras de soja, ficando à frente dos municípios de Belterra e Santarém, como ilustrado no **Quadro 03** abaixo.

Quadro 03 – Ranking das maiores cidades produtoras de soja no Pará no ano de 2023

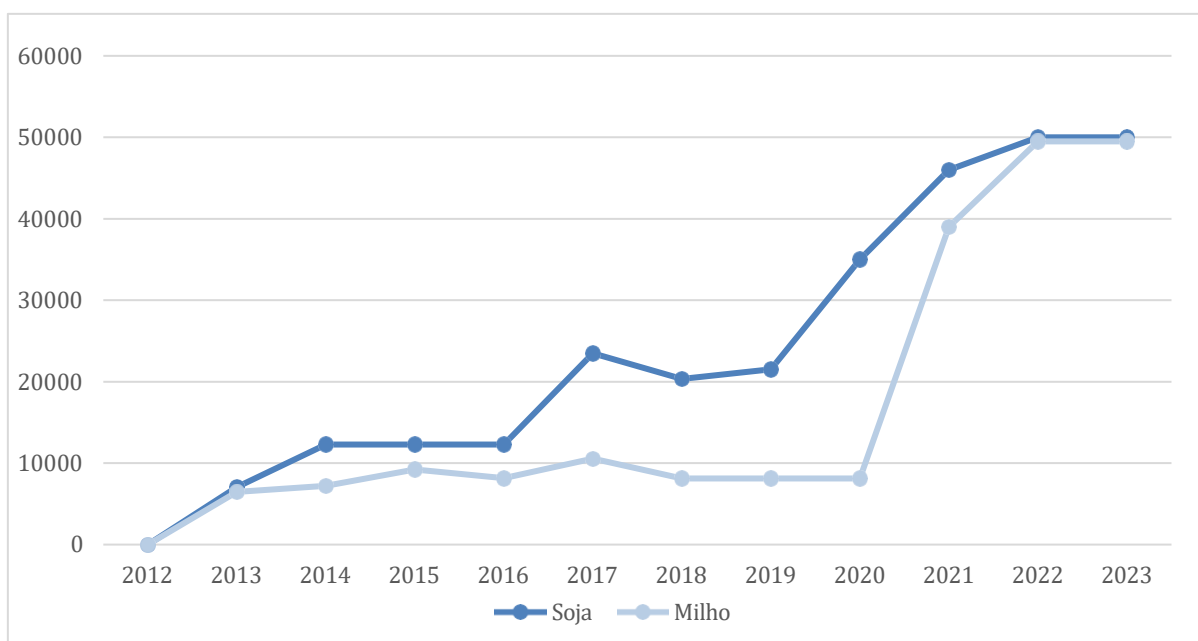
| RANKING | CIDADE | QUANTIDADE PRODUZIDA DE SOJA (em toneladas) |
|----------------|---------------------------|--|
| 1° | Paragominas | 841.050 |
| 2° | Dom Eliseu | 527.000 |
| 3° | Santana do Araguaia | 332.796 |
| 4° | Rondon do Pará | 235.200 |
| 5° | Ulianópolis | 201.500 |
| 6° | Santa Maria das Barreiras | 199.845 |
| 7° | Mojuí dos Campos | 175.000 |
| 8° | Belterra | 105.000 |
| 8° | Santarém | 105.000 |
| 10° | Novo Progresso | 91.110 |

Fonte: Elaborado pela própria autora, a partir de dados do IBGE-Cidades (2025).

Apesar da produção agrícola de Mojuí dos Campos apresentar uma diversificação de produtos advindos da agricultura familiar, tem chamado atenção, o crescimento da área plantada de soja e isso condiz com o real momento que a região tem apresentado sobre o aumento desse tipo de monocultura (ANDRADE; CORRÊA; COELHO, 2016). Borges (2020) faz um comparativo em relação às lavouras de grãos entre os anos de 2014 a 2018,

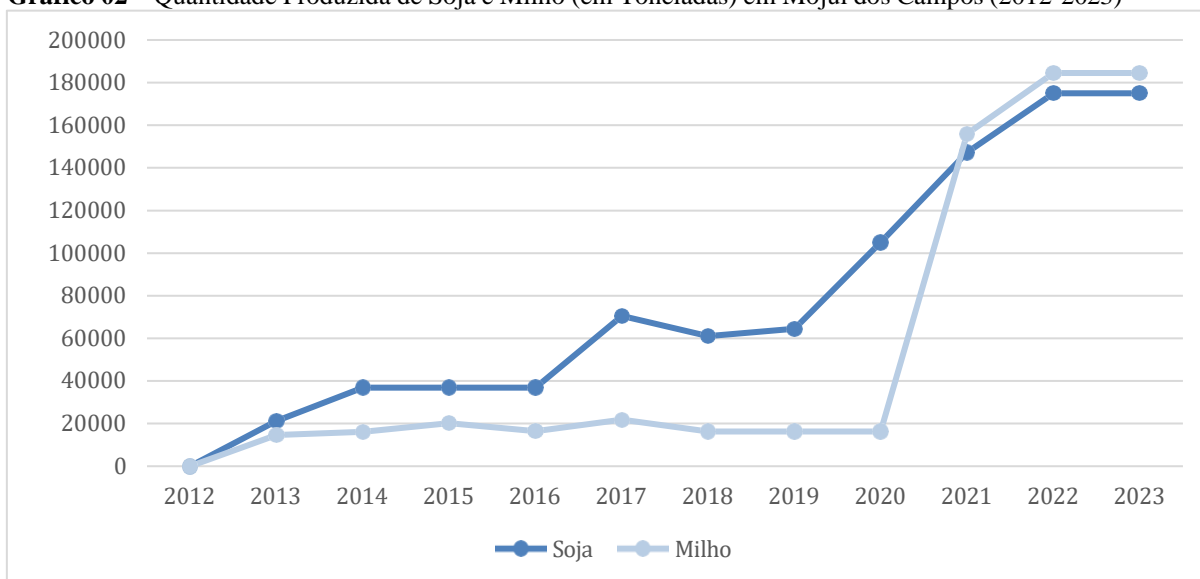
especialmente em Mojuí dos campos, revelando que grande parte das plantações de arroz foi sendo substituídas pela cultura do milho, isso estava relacionado a estratégia adotada inicialmente pelos sojicultores em primeiro realizar o plantio do arroz como forma de preparar a terra antes de introduzir a soja, porém passaram adotar o sistema de rotação entre o milho e a soja, após a colheita do milho essas áreas são destinadas ao cultivo da soja, por fim, isso demonstra a continuidade do modelo de crescimento da produção. Isso pode ser constatado nos dados do **Gráfico 01** abaixo que exibem as tendências das áreas plantadas das duas culturas temporárias mais cultivadas na região.

Gráfico 01 – Área Plantada de Soja e Milho (em toneladas) em Mojuí dos Campos (2012-2023)



Fonte: Elaborado pela própria autora, a partir de dados do IBGE-Cidades (2025).

Por meio do **Gráfico 01** percebe-se que dentro dos períodos de 2013 a 2022 houve um aumento da área plantada de soja em Mojuí dos Campos, manteve-se estável até 2023, onde entre os anos de 2022 e 2023 apresentou uma diferença de 500 hectares de área plantada a mais que o milho. Conforme o base de dados do IBGE- Cidades (2025) a partir de 2013 o município mojuicense passou apresentar uma quantidade de área em torno de 7 mil hectares direcionados ao plantio de soja. De acordo com Bataier (2024, p. 1) em relação a área plantada do grão “Em 2023, a área saltou para 51,4 mil hectares, segundo dados extraídos da plataforma Mapbiomas”. No entanto, a área plantada de soja e milho, correspondem um crescimento de 607,31% e 667,4%, simultaneamente.

Gráfico 02 – Quantidade Produzida de Soja e Milho (em Toneladas) em Mojuí dos Campos (2012-2023)

Fonte: Elaborado pela própria autora, a partir de dados do IBGE-Cidades (2025).

Diante de uma perspectiva local sobre a produtividade de grãos demonstrado no gráfico acima, observa-se um crescimento da produção da soja em 2013, e a incorporação de Mojuí dos Campos no sistema do agronegócio logo após o período da sua emancipação (FREITAS *et al.*, 2022). Assim nos 3 anos seguintes a produção da soja se mantém estável, a partir de 2016 até 2019 apresenta uma oscilação na produção, mais adiante começa elevar seu crescimento. Com base nos dados visualizadas no **Gráfico 02** das lavouras temporárias de soja e milho e nas informações disponibilizadas pelo IBGE-Cidades (2025) a quantidade produzida nos anos de 2013 a 2023 da soja cresceu em cerca de 725%, por outro lado, o milho apresentou um aumento de 1155%. Dessa forma, observa-se que em termo de quantidade produzida das monoculturas aumentou consideravelmente se comparado com área plantada (NASCIMENTO *et al.*, 2023). Contudo, Freitas *et al.* (2022) afirma que a princípio o primeiro impacto mais significativo foi causado pelo aumento do preço de terras, impulsionada pelos produtores de soja nos espaços do planalto santareno, anteriormente ocupadas por agricultores familiares.

Na próxima seção será abordada as percepções dos entrevistados durante as pesquisas realizadas no STTR-Mojuí, na Emater-Mojuí e na Secretaria Municipal de Agricultura (Semagri), acerca da agricultura familiar e do agronegócio no município.

3.4 Agricultura familiar e o Agronegócio sob as Percepções dos Atores Sociais Ouvidos do STTR, EMATER e Gestores de Mojuí dos Campos

Esta seção abordará as percepções de três atores institucionais de Mojuí dos Campos, a partir de entrevistas realizadas por meio das pesquisas de campo no ano de 2023,

sobre as quais participei em conjunto com a equipe do Projeto Formaz, sendo essas realizadas com o STTR, a Emater e a Semagri. No entanto, antes de apresentar essas percepções, faz-se importante conhecer as instituições das quais os entrevistados fazem parte, ainda que de maneira introdutória.

A história do STTR de Mojuí dos Campos começa quando o município ainda era parte da cidade de Santarém. Criado em 1972, O STTR de Santarém foi sediado, primeiramente, em Mojuí dos Campos - na época, distrito de Santarém (LEROY, 1991). Segundo Maia (2025), a consciência de luta e a organização dos agricultores foram desenvolvidas no interior de Santarém durante a primeira década do Sindicato, cuja responsabilidade era o fortalecimento dos interesses das classes de trabalhadores e trabalhadoras rurais do Planalto Santareno, tendo como primeiros líderes indivíduos que faziam parte do campesinato santareno (NASCIMENTO *et al.*, 2024). Em dezembro de 2009, foi fundado o STTR de Mojuí dos Campos por meio de sua primeira eleição sindical, a partir da vontade dos sindicalistas em se desvincilarem de Santarém no contexto do processo de emancipação (NASCIMENTO *et al.*, 2024).

A Emater-Pará é o órgão oficial de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) do estado do Pará. A empresa presta serviços voltados às áreas das ciências agrárias e humanas, seguindo as diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), e atua no setor agropecuário desde o ano de 1965. Além disso, a Emater-Pará, ligada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (SEDAP), pauta-se no respeito ao meio ambiente e à sociedade e nos princípios da agroecologia, além de prezar pela valorização do quadro de funcionários da empresa (EMATER-Pará, 2025). Outrossim, a Emater-Pará tem como objetivo a disseminação de conhecimentos técnicos, econômicos e sociais a fim de expandir a produção e produtividade agrícolas, tal como melhorar a condição de vida da área rural paraense, e, para isso, a empresa dispõe de um quadro de funcionários admitidos via concurso público que cumprem atividades de cunho técnico e administrativo, além de atividades direcionadas e de assessoramento e funcionários contratados por tempo determinado (PARÁ, 2020).

A Emater-Pará é dividida em 12 escritórios regionais, sendo que Mojuí dos Campos faz parte do Escritório Regional de Santarém, composto por nove municípios: Belterra, Faro, Curuá, Juruti, **Mojuí dos Campos**, Óbidos, Santarém, Terra Santa e Oriximiná. Segundo Avelino (2025), a Emater de Mojuí dos Campos, tem como planejamento para 2025, atender a região periurbana e 35 do município. A partir disso e ainda dentro do planejamento para o ano de 2025, a empresa pretende realizar 1200 atendimentos para 320 famílias beneficiárias. Ademais, atual são alocados ao escritório local de Mojuí dos Campos 4 técnicos agropecuários

e um engenheiro de alimentos (AVELINO, 2025).

A Semagri anteriormente ligada à Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMAM), foi criada pela Lei nº 075/2016 e faz parte da administração direta de Mojuí dos Campos (PREFEITURA MUNICIPAL DE MOJUÍ DOS CAMPOS, 2025). De acordo com a Prefeitura de Mojuí dos Campos (2025), o município incentiva a agricultura familiar através da Semagri que, dentre as suas atribuições, é responsável pela

Coordenação da política de desenvolvimento rural do município;
 Coordenação da política de abastecimento do município;
 Assistência técnica e extensão rural;
 Pesquisa e planejamento dos setores agropecuários, piscicultura e extrativista;
 Cooperativismo e organização social rural;
 Desenvolvimento de recursos humanos para a área agrícola;
 Informação de mercado agrícola;
 Fiscalização e padronização de produtos alimentícios;
 Administração e/ ou supervisão de mercados, feiras e abatedouros;
 Estações experimentais;
 Outras ações inerentes ao setor (PREFEITURA MUNICIPAL DE MOJUÍ DOS CAMPOS, 2025, p. 01).

Portanto, ao apresentar as instituições onde atuam os entrevistados desse trabalho acredita-se ter conseguido apresentar um panorama sobre tais instituições e seu papel frente a atuação junto a agricultura familiar em Mojuí dos Campos. Ao todo foram 09 entrevistados e, como forma de garantir o anonimato, em termos de aspectos éticos será preservado a identificação deles. Assim sendo, eles serão enumerados da seguinte forma: os Entrevistados 01 e 02 dizem respeito aos atores do STTR-Mojuí; os Entrevistados de 03 a 06 se refere aos representantes da Emater-Mojuí dos Campos; e, 07 a 09 são os entrevistados da Semagri e, uma pequena descrição dos entrevistados se encontra no **Quadro 04**.

Quadro 04 – Lista de entrevistas por Código e Instituição.

| ENTREVISTADOS | INSTITUIÇÃO |
|-----------------|----------------------------|
| Entrevistado 01 | STTR-Mojuí |
| Entrevistado 02 | STTR-Mojuí |
| Entrevistado 03 | Emater de Mojuí dos Campos |
| Entrevistado 04 | Emater de Mojuí dos Campos |
| Entrevistado 05 | Emater de Mojuí dos Campos |
| Entrevistado 06 | Emater de Mojuí dos Campos |
| Entrevistado 07 | Semagri |

| | |
|-----------------|---------|
| Entrevistado 08 | Semagri |
| Entrevistado 09 | Semagri |

Fonte: Elaboração da Autora.

Para cada grupo de entrevistados, três Roteiros de Entrevistas Semiestruturadas (APÊNDICES A, B e C), foi elaborado, sendo: o roteiro A, aplicado na entrevista ao STTR-Mojuí; o roteiro B, na entrevista à Emater-Mojuí; e, o roteiro C, na entrevista à Semagri. Tais roteiros contém perguntas em relação à agricultura familiar, à expansão do agronegócio no município pesquisado e questões direcionadas e específicas à área de atuação/instituições dos entrevistados. Isso ajudou na compreensão acerca da discussão, a partir da instituição que atuam e que ultrapassam, inclusive os objetivos desse trabalho.

As entrevistas foram feitas em grupo com cada setor, possuindo, em média, um tempo de duração entre 1 hora a 2 horas e 40 minutos de entrevistas que foram gravadas e transcritas. E, as perguntas utilizadas neste trabalho, por roteiros, estão identificadas no **Quadro 05**:

Quadro 05 – Listas de perguntas utilizadas no trabalho de acordo com os roteiros (APÊNDICES A, B e C)

| ROTEIROS | PERGUNTAS |
|------------------------------|------------------------|
| Roteiro STTR (APÊNDICE A) | 2, 3, 4, 5, 6, 7, e 16 |
| Roteiro Emater (APÊNDICE B) | 4, 5, 6, 7, 8, 16 e 18 |
| Roteiro Semagri (APÊNDICE C) | 2, 3, 4, 5, 6, 16 e 18 |

Fonte: Elaboração da Autora.

Nos três roteiros aplicados ao STTR/Mojuí, à Emater/Mojuí e à Semagri, os atores foram questionados sobre **quais as mudanças observadas por eles após o período de emancipação de Mojuí dos Campos**. Dentre as mudanças destacadas pelo Entrevistado 01 a respeito desse período, esta pontuou que o Sindicato passou a atuar mais no sentido de reivindicar a questão da falta de infraestrutura para as comunidades, pois antes, quando Mojuí dos Campos era distrito de Santarém, por volta da década de 1980, a luta era voltada totalmente para a garantia da terra, e ressaltou que mesmo com a emancipação de Mojuí dos Campos, essa luta continua. A outra mudança relatada pelo Entrevistado 01 é em relação ao enfraquecimento dos movimentos por parte de lideranças que, ao invés de juntar forças ao sindicato e cobrar do poder público suas demandas, passam a fazer uma espécie de “atrelamento”, como mostrado a seguir:

Meu ponto de vista é referente à questão da emancipação, é um município pequeno, então tem o atrelamento das lideranças e isso é muito ruim quando tem essa questão do atrelamento das lideranças com o poder executivo, poder legislativo. Então isso acaba enfraquecendo os movimentos e as lutas, porque assim você vai lá, você faz uma reunião, você leva a demanda, né? Quando o Sindicato faz uma reunião que ele levanta, faz o levantamento de demanda que ele leva para o executivo, ele não tá levando só de uma liderança. Ele representa todo o município. É uma demanda do município. Só que, assim, depois que a gente faz isso, que vai uma liderança lá, que vai outro, e aí conversa com o prefeito, os vereadores vai conversando individual, então isso já enfraquece a luta. Quando chega lá na base, aí aquela liderança diz “então eu fui lá, eu reuni de ficar o tempo para acontecer isso no tal tempo, já tá certo” então acaba enfraquecendo, isso é assim um exemplo. (ENTREVISTADO 01, entrevista realizada em 22/05/2023)

Assim, para o Entrevistado 01, a emancipação de Mojuí dos Campos, enquanto um município pequeno onde todos se conhecem e as relações acabam se individualizando, em alguma medida acaba por enfraquecer as lideranças e as reivindicações coletivas, uma vez que as autoridades municipais não se sentem pressionadas pelas lideranças.

Outrossim, segundo a concepção do Entrevistado 02, após o município se emancipar, os movimentos e as organizações sociais das comunidades passaram a perder força, se enfraquecer, e até deixaram de existir, pois relembra que quando o sindicato pertencia à Santarém, participavam pessoas de faixas etárias diferentes, de jovens a idosos, para reivindicar seus direitos, como bem frisa a seguir:

Existia Mojuí, mas não como município, a gente tudo era Santarém mesmo. Então ia todo mundo: juventude, povo mais velho, todo mundo ia, aí conseguia, às vezes a gente conseguia, através da pressão do movimento e a gente conseguia né. (ENTREVISTADO 02, entrevista realizada em 22/05/2023)

Por outro lado, o Entrevistado 02 fez um comparativo de que dentro de um período de seis anos antes da emancipação, em sua comunidade denominada Chaves, existiam uma média de 60 moradores, restando atualmente somente dois. Em termos percentuais, o Entrevistado 02¹¹ afirma que “[...] 99% dos que venderam a sua área barata, hoje moram em vila, num terreninho 10 por 30”. Ainda segundo o Entrevistado 02, a evasão dos moradores passou a ocorrer cerca de 10 anos atrás, após o município se emancipar e a comunidade começar a ser afetada com a entrada da monocultura de grãos na região.

Em suma, a fala do Entrevistado 02 corrobora enquanto exemplo do que a expansão do agronegócio vem causando no município acerca da evasão de comunidades e até de seu desaparecimento como visto na seção 3.2 e Figura 02, anteriormente. Essa questão é retratada também por Borges (2020), quando ele relata que o momento de entrada da soja nas comunidades retrata apreensões nas organizações familiares existentes, levando à desagregação

¹¹ Entrevista realizada em 22/05/2023.

de alguns agricultores e ao formato de produção e concepção no campo, ao mesmo tempo que outros ampliam o seu espaço de produção, reiterando-se como produtor (BORGES, 2020). A partir da chegada da soja, o Entrevistado 02 afirma que isso resultou em grandes prejuízos.

[...] A gente mora aqui, a soja tá aqui do lado, tá na frente, você vai andando numa estrada: é soja. Do lado e do outro tão passando o veneno e aquilo vai prejudicando a gente, que não tem jeito, tu não pegar o veneno, né? Então isso aumentou muito, adoeceu com mais facilidade. (ENTREVISTADO 02, entrevista realizada em 22/05/2023)

Mais um exemplo de problema trazido com a aproximação do cultivo de soja a produção da agricultura familiar é, portanto, o uso intensivo de agrotóxico por parte dos produtores de soja em suas plantações, fato que passou a trazer prejuízos à saúde dos agricultores familiares e a afetar as produções agrícolas desses agricultores.

O Entrevistado 03 ¹² destacou que, com a chegada do agronegócio, diversas modificações ocorreram e, assim, “criou uma pressão sobre a agricultura familiar”, que passou a ficar espremida entre grandes extensões de lavouras de soja. Segundo ele, isso se deu conforme o próprio arrendamento de terras por parte do agricultor familiar para o produtor de soja, relembra ainda que isso já acontecia antes mesmo do município ser emancipado e que antes da emancipação a agricultura familiar já era afetada. Nas palavras do Entrevistado 02, quando a emancipação “chegou em 2012, que criou o município, isso já estava acontecendo. Já essa produção agrícola, de agricultura familiar, já tinha sido diminuída”. O Entrevistado 02 enfatiza que, antes mesmo de Mojuí dos Campos ter se desmembrado de Santarém, a produção da agricultura familiar era dividida em polos e não apresentava a mesma quantidade produzida de antes.

Ademais, o Entrevistado 04 ponderou da seguinte forma:

Quando emancipa, naturalmente, vem programas, políticas, já vem setores da esfera municipal que assumem esses papéis. E lógico, a gente tem que evoluir junto, a gente tem que ser parceiro desta secretaria, desses programas, para também tá conduzindo as coisas da melhor forma para o nosso público. Mas o acesso, a universalização do acesso a programas e políticas também fez cair muito o nosso papel de extensão rural. (ENTREVISTADA 04, entrevista realizada em 04/09/2023)

No entanto, o Entrevistado 04 ainda assim considera que quando houve a emancipação, também ocorreram muitas dificuldades de acesso pelos agricultores aos programas direcionados à agricultura familiar, a exemplo o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O Entrevistado 04 parte da perspectiva de que quando o município é menor,

¹² Entrevista realizada em 04/09/2023.

menos acesso a programas, políticas e informações se tem e, portanto, torna-se maior o papel do extensionista.

Em relação a essa pergunta, sob um viés econômico, o Entrevistado 08¹³ considerou que, depois de 10 anos de emancipação, uma das mudanças destacadas foi o aumento da arrecadação de Mojuí dos Campos, que está relacionada com os incrementos na estrutura do município a partir da instalação de bancos na qual facilitou-se a circulação de dinheiro.

As mudanças apontadas mediante a emancipação de Mojuí dos Campos são resultantes a partir das percepções de cada ator diante de sua atuação ou vivência. Posto que cada uma dessas mudanças destacadas contribui para a compreensão acerca de como o município tem se desenvolvido.

Quando perguntados sobre **qual balanço eles faziam das atividades da agricultura familiar em Mojuí dos Campos, da emancipação até os dias atuais**, os entrevistados do STTR discorreram sobre a produção proveniente da agricultura familiar no município. Assim, o Entrevistado 02¹⁴ relatou que a criação de animais de grande porte era considerada uma das fontes de renda para o agricultor familiar que criava para vender e para produzir laticínio. Assim, as áreas de pastagem foram sendo substituídas pelo plantio de soja, pois, na sua opinião, “dessa febre de venda de terra, todo morador não tinha 10 cabeças de gado.

Ele tinha 5, que tinha 20, tinha 30, tinha 40 e a gente tinha leite, coalhada [...]”. Com isso, a renda do agricultor também foi afetada e, além disso, a produção de farinha sofreu diminuição.

A venda de terras ocasionada pela chegada do agronegócio prejudicou não somente a produção agrícola dos agricultores, mas também a criação de gado que era uma atividade que fazia parte da propriedade dos agricultores e sofreu diminuição na região, como foi relatado pelo Entrevistado 02¹⁵.

Ainda em relação à pergunta feita acima sobre o balanço das atividades da agricultura familiar em Mojuí dos Campos desde a emancipação, os pontos fortes de algumas comunidades, segundo o Entrevistado 02, dizem respeito à produção de frutas como açaí, banana, coco, melancia e pupunha; hortaliças como cebola, cebolinha, pimentão, cheiro verde; e, mandioca. Por conseguinte, o Entrevistado 01 ressalta que, mesmo com todas as dificuldades, o município consegue ser um dos maiores produtores de diversos alimentos.

Aí assim ó, aqui a gente tem vários carros chefes, né? Primeiro que a gente tem a questão da farinha. A farinha, que é um dado grande, é um dos grandes produtores.

¹³ Entrevista realizada em 04/09/2023.

¹⁴ Entrevista realizada em 22/05/2023.

¹⁵ Entrevista realizada em 22/05/2023.

Aí depois vem a questão da fruta, né? A fruta também, e a hortaliça. Aí depois vem a questão desses outros produtos. Criação de pequenos animais, a questão de açaí também. A gente teve um crescimento muito grande aqui na região da produção de açaí, mas enfim, a gente ainda mesmo com todas as dificuldades, mas a produção ainda é bastante grande. (ENTREVISTADO 01, entrevista realizada em 22/05/2023)

O Entrevistado 01 ponderou que essa conclusão pode ser tirada por meio de um mapeamento nas feiras de Santarém, onde consta que grande parte dos produtos ofertados provém de Mojuí dos Campos. Em uma outra perspectiva, a produção do Entrevistado 02, hoje, se volta para atender a demanda dos moradores de comunidades próximas, devido esses não produzirem mais, por terem vendido suas áreas e viverem em terrenos com metragem 10 por 30, que, no seu ponto de vista, torna-se inviável de se realizar produção em uma propriedade com esse tamanho. Com base nisso, pontua “[...] Então, aqueles que resistiram à perseguição, que foi no caso do meu vizinho, que vende verdura, farinha e fruta” estão firmes e são considerados pelo Entrevistado 01 como exemplos de resistência. O Entrevistado 02 diz não ter necessidade de largar sua terra, apesar de ter sofrido forte pressão e ter recebido propostas cerca de cinco anos atrás por parte de corretora.

[...] eu não tenho necessidade. Porque a perseguição foi grande. Era corretor, logo no começo era corretor, cara vendeu aqui do lado, vendeu aqui e vendeu aqui. Eu fiquei no meio, aí ficaram me perseguindo pra eu vender e tal e tal. Aí depois disse não, vendo não, você não dá o que eu quero. E vocês pensam que R\$50.000, R\$60.000 reais é muito. Eu sou colono, mas eu sei que não dá pra nada “não, mas tu vais ali numa capital e compra uns 200 hectares por 15.000, 10.000” e digo, então, porque o senhor não compra lá, aí eu respondia, e aperream, aperream, pois então me vende 10 hectares lá no fundo, pra mim ligar esse com esse, aí eu digo, vendo não. (ENTREVISTADO 02, entrevista realizada em 22/05/2023)

De acordo com o Entrevistado 01¹⁶, quando os produtores de soja não conseguem comprar as áreas, insistem até o agricultor arrendar. O Entrevistado 01 afirma ainda que isso foi acometido por “[...] proprietários que tinham terra grande, 1000 hectares, 2000 hectares aí começaram a arrendar” conhecidos como pecuaristas, ou seja, ambos (agricultores e pecuaristas) são foco do sistema de arrendamento. Para Borges (2020), algumas famílias que ainda resistem em suas comunidades, mesmo sendo foco das compras de terras por parte dos sojicultores, como as famílias que venderam suas áreas por um valor que a princípio parecia ser uma grande quantia. Entretanto, ao se deslocarem para outra localidade, muitos passaram por uma espécie de arrependimento, seja pelo dinheiro recebido ter se esvaído ou pela nova propriedade não proporcionar condições adequadas para exercer as atividades de plantio da

¹⁶ Entrevista realizada em 22/05/2023.

agricultura. Em contrapartida, os que permanecem em suas comunidades buscam manter a terra como fonte da reprodução da família e a própria produção agrícola.

O Entrevistado 05¹⁷ conta que, antes da emancipação, Mojuí dos Campos era considerado um grande produtor de diversos produtos da agricultura familiar, sendo divididos por polos, a saber: polo do maracujá, polo do mamão, polo do abacaxi, polo da mandioca, da hortaliça e depois foram criados outros polos. Ademais, para os Entrevistados 08¹⁸ e 09¹⁹, as culturas destacadas da agricultura familiar dentro de Mojuí dos Campos são: o maracujá, o abacaxi, a melancia, entre outros. Com base nessa pergunta e respostas pode-se perceber que a agricultura familiar exerce um papel de fundamental importância não apenas para o abastecimento de mercados locais, mas por ser uma atividade que busca resistir em meio as mudanças acometidas pela chegada do agronegócio.

Quando perguntados **sobre as mudanças no sistema de produção da agricultura familiar, e se, para esta produção, está sendo usado algum tipo de tecnologia, insumos entre outros**, o Entrevistado 02²⁰ diz que tem se sentido obrigado a usar agrotóxicos em seus cultivos, devido à manifestação de pragas provenientes das monoculturas de grãos. A sua produção não conta com a introdução de máquinas, tudo é realizado manualmente. Para o Entrevistado 04²¹, a entrada dos produtores de grãos fez surgir uma nova forma de trabalhar a terra através da mecanização e pontua que a própria Semagri aderiu trabalhar a terra da agricultura de forma mecanizada, ou seja, introduziu essa questão de tecnologia.

Além disso, o referido entrevistado, destaca que essa foi uma das mudanças no sistema de produção da agricultura familiar e, com isso, uma pequena parcela de agricultores passaram a trabalhar com mecanização por conta própria, possuindo recursos que não foram proporcionados pelo acesso ao crédito rural, mas sim por terem autonomia em começar a introduzir tecnologias como forma de incrementar sua produção. O Entrevistado 04²² ainda coloca como exemplo o:

Preparo de áreas com mecanização agrícola, uso de irrigação, uso - por mais da forma incorreta que seja - dos fertilizantes e dos pesticidas, mas também passaram a utilizar, devido ao ataque das pragas, das doenças, devido a essas grandes áreas de plantação de soja e milho (ENTREVISTADO 04, entrevista realizada em 04/09/2023).

¹⁷ Entrevista realizada em 04/09/2023.

¹⁸ Entrevista realizada em 04/09/2023.

¹⁹ Entrevista realizada em 04/09/2023.

²⁰ Entrevista realizada em 22/05/2023.

²¹ Entrevista realizada em 04/09/2023.

²² Entrevista realizada em 04/09/2023.

Por isso, muitos agricultores foram forçados a investir em tecnologias diferentes das que eram usualmente utilizadas. Segundo o Entrevistado 07²³, uma das mudanças no sistema de produção da agricultura familiar em Mojuí dos Campos diz respeito à disponibilização, por parte da Semagri, de máquinas para que o agricultor consiga mecanizar suas terras por meio de um programa de incentivo à agricultura, e considera essa uma forma de incentivar o agricultor, somado ao acesso de adubo e fertilizante que, anteriormente, não existia.

Percebe-se nas falas dos entrevistados que as mudanças no sistema de produção da agricultura familiar estão relacionadas tanto com a questão da dinâmica do agronegócio, quanto com os incentivos que foram influenciados pela introdução de tecnologia e insumos agroquímicos na produção familiar.

A outra pergunta foi sobre **como os entrevistados avaliam a atuação da assistência técnica no município**. Sobre isso, o Entrevistado 01²⁴ comentou que a Emater sempre trabalhou a assistência técnica nas propriedades conforme as demandas eram levadas, e afirma que a Emater sempre participou das reuniões realizadas pelo STTR, mas relatou que toda a organização do quantitativo de agricultores é feita pelo próprio sindicato, como na sua fala: “[...] a gente tem que fazer o levantamento de demandas, mais ou menos, de 16 pessoas. A gente tem que pegar o nome, o CPF daquelas pessoas pra poder ser realizado lá o curso, tem essa questão dessa população”. Para que determinada demanda dos agricultores seja atendida pela Emater, é necessário primeiro que o STTR faça esse planejamento prévio de demanda. O Entrevistado 01 alega que, muitas das vezes, são realizadas mais reuniões nas comunidades do que a própria assistência técnica no campo. O Entrevistado 01 ainda disse que deixou claro que não faz sentido fazer reuniões se os problemas devem ser resolvidos diretamente na propriedade que demanda a solução.

Nesse quesito, o Entrevistado 05²⁵ parte do pressuposto de que a assistência técnica é o que mais se trabalha pela Emater de Mojuí dos Campos, direcionando o atendimento aos agricultores familiares e aos polos de produção onde determinados produtos se destacam, e que esse atendimento hoje é realizado na propriedade e não de forma coletiva nas comunidades, como era até certo tempo, alegando que, atualmente, é mais difícil de reunir uma quantidade mínima de agricultores. Assim, atuam conforme as demandas recebidas pelas propriedades. Para o Entrevistado 04²⁶, a Emater de Mojuí dos Campos precisa cumprir o planejamento mínimo estabelecido de visitas aos polos e ressalta ainda que “muita coisa é demanda

²³ Entrevista realizada em 04/09/2023.

²⁴ Entrevista realizada em 22/05/2023.

²⁵ Entrevista realizada em 04/09/2023.

²⁶ Entrevista realizada em 04/09/2023.

espontânea que vai sendo gerada porque a agricultura familiar...mesmo sendo familiar, hoje ela é muito dependente de mercado” e está cada vez mais dinâmica.

O Entrevistado 07²⁷ ressalta que o diálogo da Semagri é feito pela demanda dos agricultores ou pela própria iniciativa da Secretaria. Além disso, o Entrevistado 07 coloca que a construção da feira do produtor rural de Mojuí dos Campos é vista como uma solução para as dificuldades de produção e escoamento que os agricultores passam quando direcionam os produtos para abastecer as feiras de Santarém, além de concentrar a renda no município.

A respeito da atuação da assistência técnica, para o STTR a urgência para a solução de problemas nas propriedades de agricultores familiares é apontada como uma falta de comprometimento por parte da Emater, enquanto para esse ator os atendimentos aos agricultores são feitos seguindo as demandas recebidas e todo o planejamento estabelecidos. A Semagri conta com atendimentos direcionados para os agricultores, havendo uma relação mútua entre si, como forma de busca em conjunto melhorias para a agricultura familiar.

Em seguida, os entrevistados foram questionados sobre **que tipo de avaliação eles fazem sobre o processo de expansão do agronegócio da soja no contexto social, fundiário e ambiental em Mojuí dos Campos**. Nesse ponto, o Entrevistado 01²⁸ afirma que o agronegócio resulta em destruição, seja em termos ambientais, de produção, em infraestrutura de ramais e estrada ou na saúde dos agricultores, além da “a questão do bem viver e de bem estar das culturas, cultura do município, cultura alimentar. Então, tudo isso”. Outrossim, como frisado pelo Entrevistado 01:

Essa produção deles não fica, a gente sabe que não fica nada pra gente, nem com o município, nem com a região. Então, o que fica mesmo é só a destruição no meio ambiente, no ar, a poluição de tudo. É isso que fica assim pra gente. (ENTREVISTADO 01, entrevista realizada em 22/05/2023)

Em relação à afirmação do Entrevistado 01, o agronegócio se resume em total destruição seja no contexto ambiental, social e econômico para o município de Mojuí dos Campos. Por sua vez, a avaliação feita pelo Entrevistado 05, sobre o processo de expansão do agronegócio, é que, a princípio, no município, a pecuária sofreu diminuição, como bem coloca em sua fala:

[...] até porque a visão deles de comprar terra aqui, já seriam aquelas áreas que já tinham uma boa parte da mata derrubada. Então, quem era que tinha uma boa parte da mata derrubada? Era os pecuaristas! Então, até a criação de gado aqui no Mojuí diminuiu bastante, porque a compra dessas áreas foi muito grande, quando eles vieram

²⁷ Entrevista realizada em 04/09/2023.

²⁸ Entrevista realizada em 22/05/2023.

pra cá, nessa emancipação de Mojuí, houve uma fragilidade nas leis do município. (ENTREVISTADO 05, entrevista realizada em 04/09/2023)

Nesse sentido, conforme observado na Figura 03 grande parte das áreas de pastagens foram absorvidas pelo plantio de grãos. Ademais, ainda segundo o Entrevistado 05, isso tem relação com a falta de estrutura de lei que pudesse limitar a expansão dessa atividade. Apesar de algumas áreas onde houve desflorestamento terem sido multadas, essa é uma penalidade considerada provisória e afirma que, depois de um certo tempo, as áreas estarão cultivadas por soja, havendo assim substituição de matas para lavoura de monocultura.

O Entrevistado 05²⁹ tem percebido que alguns produtores de grão estão trabalhando no manejo de áreas, começando pelo gado, posteriormente passando para outra cultura e, depois, para plantação de grãos (lavoura e pecuária). E, assim, o Entrevistado 05 afirma que a avaliação que faz no município em relação a expansão dos produtores de grãos é que

O município, assim, como não houve uma ocupação na lei de frear essa expansão, ela tende agora a chegar do outro lado do rio. Quando os produtores entram em Mojuí, é porque já tem conhecimento de todo o processo de legalização. Então, se ele dissesse, não, eu posso utilizar 100% da minha área, eles estão baseados numa informação. Que muitos dos agricultores aqui não tem essa informação. E quando eles vêm pra cá, eles não vêm com o documento dado do município, eles vinham com o documento do estado. (ENTREVISTADO 05, entrevista realizada em 04/09/2023)

No entanto, atualmente, a cidade possui uma legislação ambiental. O Entrevistado 05 ressalta que “quando emancipou, não tinha. Então eles viram essa fragilidade do município pra expandir a compra dessas áreas”. A expansão do agronegócio de grãos de acordo com o Entrevistado 04 passou ocasionar a pressão em cima da agricultura familiar, relata que:

A pressão sobre a agricultura familiar...quando a gente falou aqui das ilhas de agricultura familiar no meio do agronegócio, infelizmente...vamos dizer que vocês, a agricultura familiar, possuem uma área de 30 hectares e eu sou o gaúcho que cercou aqui com soja. Esse ano, quando o meu trator passar, eu vou comer 50 metros da tua terra. Eu vou te pressionar. Porque tu é um atraso pra mim. Os teus 30 hectares, podiam ser meus, não porque eu preciso daqueles 30 hectares, mas porque é uma volta, é um combustível a mais no meu trator que eu vou usar, é uma reclamação de uma família que está sendo acometida pelos intensivos agroquímicos. Então, assim, existe uma pressão maliciosa sobre isso. Então aí, nessa hora, se eu te ofereci 10 mil reais no hectare, tu não saiu de lá, e eu vou criar uma condição pra te sair por 2 mil reais o hectare. (ENTREVISTADO 04, entrevista realizada em 04/09/2023)

Sobre como a Semagri vem acompanhando essa questão de expansão de grãos, os Entrevistados 07³⁰ e 08³¹ afirmam que essa questão do agronegócio da soja e do milho ocorre

²⁹ Entrevista realizada em 04/09/2023.

³⁰ Entrevista realizada em 04/09/2023.

³¹ Entrevista realizada em 04/09/2023.

de forma mais independente. Nas palavras do Entrevistado 07: “é mais independente, então a gente não tem essa proximidade, claro a gente conhece tudo, sabe tudo, mas não tem essa proximidade com o desenvolvimento, da produção, da quantidade, essas questões”, mas ressalta que quando a prefeitura trabalha na infraestrutura de ramais de acesso às comunidades, recebem apoio dos produtores de grãos no fornecimento de combustíveis e maquinário para a manutenção.

O Entrevistado 07 diz ter observado um aumento no desmatamento por parte dos produtores de grãos.

Na minha visão sim, a questão do agro por vir, a gente viu uma quantidade (de pessoas) em Mojuí de alguns anos pra cá. O pessoal do centro oeste, sudeste, sul, eles têm vindo com muita força pra região, então isso vai valorizando a terra, a terra que custava R\$ 1.000,00 o hectare tá custando R\$ 10.000,00... R\$ 15.000,00 o hectare, justamente por causa do agronegócio. Na minha visão, a valorização da terra tem a ver com o agronegócio, que tá entrando mesmo na nossa região com força, não só aqui, em Belterra também né... isso faz valorizar a questão da terra. (ENTREVISTADO 07, entrevista realizada em 04/09/2023)

A percepção do Entrevistado 08, da Semagri, ao desenvolvimento do município em relação à expansão do agronegócio é que, caso continue no ritmo em que se encontra, dentro de um período de dez anos, das 130 comunidades que existiam, ele estima que, se restar pelo menos umas trinta, será muito. Além disso, ele ainda afirma que isso tem relação direta com a chegada do agronegócio na região a 20 anos atrás, fazendo valorizar o preço das terras e, ao passo que a tendência é acabar com a agricultura familiar. O Entrevistado 08 relata que conheceu “comunidades grandes...eu vi comunidades grandes com igrejas, comércios, escolas, e hoje a gente vê as escolas abandonadas, sem mais ninguém morando”. Para além disso, o Entrevistado 08³² enfatiza que a diminuição dessas comunidades já vinha ocorrendo antes mesmo do agronegócio chegar. Claramente, a chegada do agronegócio intensificou mais ainda esse processo, mas, para o Entrevistado 08, isso se deu conforme a ausência de políticas públicas por parte do poder público que não chegava no campo.

É falta de incentivos daqueles que estão lá no topo de incentivar o agricultor que tá lá na ponta, entendeu? Então eu vejo de forma mais ampla, antes mesmo do agro entrar, já tinha gente saindo, não tinha como escoar, não tinha energia, não tinha acesso à escola...Eu fui um que morava no interior, terminei a quarta série e tive que ir pra uma vila maior, depois da vila maior tive que vir pra cidade pra estudar porque se não estuda... (ENTREVISTADO 08, entrevista realizada em 04/05/2023)

³² Entrevista realizada em 04/09/2023.

Segundo o Entrevistado 07³³, essa falta de incentivo no meio rural fez com que o êxodo rural se tornasse recorrente no município devido essa falta de políticas públicas voltadas para ajudar o agricultor familiar, enquanto que a dinâmica do agronegócio na região se valorizou.

Outro questionamento foi sobre **como o Estado tem atuado no município em relação à expansão do agronegócio**. O Entrevistado 01³⁴ respondeu que não existe controle e muito menos fiscalização por parte de nenhum governo diante do avanço da soja e relata ainda que não recebem apoio no seguinte sentido:

Nós, agricultores, produzem pra que cada cidadão tenha seu alimento diariamente na sua mesa. E, assim, quando a gente vai atrás desses órgãos pra ter um apoio, pra ter um auxílio rápido assim, de produção mesmo, vem na dificuldade, A gente acaba não tendo apoio, mas quando a gente vira as costas, a gente vê, né? (ENTREVISTADO 01, entrevista realizada em 22/05/2023)

Em comparação ao agronegócio, esse recebe mais apoio do que os agricultores familiares, como bem afirma o Entrevistado 01.

Total apoio pra questão do agro, que é uma coisa que não tá na alimentação diária, que é uma coisa que não fica aqui, né. Mas que tá ali aquele apoio total. É assim que a gente fala em apoio, assim a gente inclui tudo, de benefício, questão de financiamento, questão de infraestrutura, porque é assim que a gente sofre. (ENTREVISTADO 01, entrevista realizada em 22/05/2023)

Com base nas afirmações colocadas pelo Entrevistado 01, percebe-se a falta de apoio do Estado, principalmente do poder público municipal em relação à ausência de benefícios que possam contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar do município. Dando seguimento, o Entrevistado 05³⁵ pontuou que o Estado precisa ter um olhar mais atencioso para os agricultores familiares e proporcionar subsídios para que o agricultor familiar consiga trabalhar nas suas produções no campo, acompanhando a modernização com base na sua realidade, para que, assim, possa utilizar a tecnologia, ter acesso a equipamentos de uma forma agroecológica, não através de empreendimentos que estão instalados nas proximidades e que fornecem serviços para mecanização agrícola de forma que modifica e causa prejuízo.

Ademais, o Entrevistado 07³⁶ explica que muitas vezes a agricultura é deixada de lado se comparada a outros setores da sociedade que recebem verba para que possam funcionar.

³³ Entrevista realizada em 04/09/2023.

³⁴ Entrevista realizada em 22/05/2023.

³⁵ Entrevista realizada em 04/09/2023.

³⁶ Entrevista realizada em 04/09/2023.

A agricultura lida com a dificuldade de acessar recursos voltados diretamente para o pequeno agricultor e até mesmo a falta de infraestrutura para melhorar o escoamento da produção.

Por fim, a última pergunta foi direcionada a observação dos entrevistados **sobre o processo de desenvolvimento nos últimos anos até os dias atuais em Mojuí dos Campos**. Para o Entrevistado 01³⁷, existe pouco desenvolvimento econômico no município, uma vez que a produção da agricultura familiar é escoada em sua grande maioria para Santarém, enfatizando que “aqui dentro do município, a gente não tem uma feira³⁸, não tem mercado para absorver, até porque há um grande número de produção”. O Entrevistado 01 comenta ainda que:

E aí o desenvolvimento econômico e a economia, que era pra gerar renda. Aqui dentro do município a questão de emprego, essas coisas a mais, é a prefeitura. Se não tiver um emprego na prefeitura, não tem outro, não tem outra empresa não. Questão social e assistencial também. A gente teve assim nos últimos. A questão da pandemia também. Acho que há também a questão da assistente social. Nós tivemos aí a questão das políticas públicas referentes à questão do PAA ter um avanço na receita que foi contemplada com PAA estadual, então foi distribuído vários produtos da agricultura familiar. (ENTREVISTADO 01, entrevista realizada em 22/05/2023)

Assim, o Entrevistado 01 reforça que o acesso ao PAA em Mojuí dos Campos é resultado de muita luta promovida pelo STTR, mas fez uma comparação em relação quando fazia parte de Santarém: “Quando a gente participava no PAA do município de Santarém, a grande maioria de produtores era aqui do município de Mojuí. Eram 360 agricultores que faziam a entrega para o município de Santarém” e, depois que esse programa passou a vir diretamente para o município, somente 88 agricultores foram contemplados, mesmo essa região possuindo uma grande produção. E, um dos motivos colocados como causa dessa diminuição foi a perda dos espaços desses agricultores no município de Mojuí dos Campos.

O Entrevistado 05³⁹ ressalta que, para a Emater, não tem como fugir da tecnificação quando a própria agricultura familiar necessita exercer os meios de produção, pois afirma que o agricultor familiar até possui a terra para se trabalhar, mas não tem a mesma capacidade de investimento que um grande produtor de soja detém. Para este, pensar em uma lógica de desenvolvimento mais adequado que possa abranger todos é complicado, pois de um lado tem a existência de um grupo que leva em consideração a “ideia de acumulação de riqueza, de capital, de terra” enquanto para outros isso não faz parte do modelo de desenvolvimento pela subsistência, onde estes buscam manter sua cultura sem que assim cause alterações no meio em que vivem, pois

³⁷ Entrevista realizada em 22/05/2023.

³⁸ É válido ressaltar que essa entrevista foi concedida no primeiro semestre de 2023, e, em dezembro do mesmo ano foi inaugurada a Feira do Produtor Rural em Mojuí dos Campos.

³⁹ Entrevista realizada em 04/09/2023.

É um modelo de desenvolvimento, de sucesso pra eles que não contamina o solo, não contamina a água, não promove pesca nem caça predatória, extrativismo excessivo, então é ... eu acho que é um modelo que a gente deve considerar, mas serve pra todo mundo? Não serve! (ENTREVISTADO 05, entrevista realizada em 04/09/2023)

Por outro lado, o Entrevistado 06⁴⁰ coloca que é necessário buscar um modelo de desenvolvimento para uma agricultura sustentável. Assim, observa-se que não existe um consenso sobre que tipo de desenvolvimento se espera para um município que durante um longo tempo convive com a presença de duas dinâmicas distintas.

Por fim, o Entrevistado 07⁴¹ frisa que a falta de fortalecimento de políticas públicas direcionadas para agricultura tem implicado na falta de desenvolvimento econômico desse setor no município. Enquanto o Entrevistado 09⁴² parte da perspectiva de que, dentre um período de 10 anos, ele vê a agricultura de Mojuí dos Campos de forma equilibrada entre o agronegócio e agricultura familiar.

Em síntese, a partir das questões e respostas selecionadas nos três roteiros da pesquisa, foi possível identificar nas falas dos entrevistados percepções relacionadas para além da chegada do agronegócio em Mojuí dos Campos. Com base nos posicionamentos de alguns entrevistados após a emancipação mudanças foram apontadas, como a exemplo de um certo enfraquecimento dos movimentos promovidos pelo STTR, assim como a questão da dificuldade do acesso a programas e a diminuição do quantitativo de agricultores participantes, uma vez que quando pertencia a Santarém possuíam mais facilidades e força.

Sob a chegada do agronegócio da soja antes da emancipação, se tinha registro dessa expansão como ponderado por um dos entrevistados e conforme a **Figura 03**, apresentada na seção 3.3. Após esse momento tal processo foi sendo cada vez mais intensificado. O avanço do cultivo de grãos nessa região resultou no desaparecimento de comunidades como bem demonstrado na **Figura 02** da seção 3.2 que destaca apenas uma determinada quantidade de comunidades que são assistidas pela Emater atualmente no espaço rural de Mojuí dos Campos, enquanto outras deixaram de existir devido as consequências geradas pela forte pressão dos produtores de grãos em razão da compra e venda de terras dos agricultores familiares ou pelos danos que passaram afetar a saúde dos agricultores e sua produção familiar.

Entretanto, a partir de falas dos entrevistados antes de Mojuí dos Campos ser emancipado, as atividades da agricultura familiar já eram afetadas tanto pela entrada dos produtores de grãos, quanto pela ausência de políticas públicas para a fortalecer a produção dos

⁴⁰ Entrevista realizada em 04/09/2023.

⁴¹ Entrevista realizada em 04/09/2023.

⁴² Entrevista realizada em 04/09/2023.

agricultores familiares. Ainda que os entrevistados apontem para uma produção agrícola diversificada, ela é motivada pela resistência dos agricultores familiares em buscar manter a cultura alimentar, os abastecimentos de feiras e mercados e a própria renda.

Com a chegada do agronegócio de grãos mediante os pontos de vistas dos atores sociais foi possível perceber que essa dinâmica influenciou o sistema de produção da agricultura familiar, possibilitando o contato de agricultores com o uso de defensivos em seus cultivos, os quais se sentiram obrigados a utilizar por conta das suas plantações serem ameaçadas com a proliferação de pragas, assim como alguns passaram a mecanizar suas áreas em detrimento do acesso a esse tipo de tecnologia tanto de forma autônoma, quanto através da disponibilização de equipamentos de mecanização por parte da Semagri em Mojuí dos Campos. Desta forma, finaliza-se o capítulo 3 com as reflexões pertinente às percepções de gestores, técnicos da Emater e membros do STTR em Mojuí dos Campos/PA e, na próxima seção segue com as Considerações Finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ponto de partida do presente trabalho considerou a princípio a apresentação dos conceitos de agricultura familiar e agronegócio a partir de seus antecedentes sobre os quais constitui o processo histórico dessas categorias, para compreender como estas foram se desenvolvendo ao longo do tempo. Nesse sentido, consideramos como um antecedente da agricultura familiar, o campesinato, pois esse carrega na sua formação a relação entre propriedade, trabalho e família. Embora tenha perpassado por debates acerca do seu uso enquanto categoria conceitual, ele não deixou de existir. No entanto, ao longo dos anos foi cedendo lugar para a agricultura familiar que atualmente é tratada nos âmbitos econômicos, sociais e políticos do campo.

A consolidação da agricultura familiar no Brasil, enquanto categoria, contou com a participação de três grupos (Sindicato, Academia e Estado) que ajudaram a difundir-la por meio das lutas, discussões e marcos legais. Com a implementação de programas como o Pronaf e a Lei da Agricultura Familiar, a categoria não apenas ganhou formalidade, mas se consolidou como uma força dinâmica e diversificada no cenário rural. Apesar dos avanços significativos, persiste a necessidade de estratégias contínuas que assegurem o protagonismo dos agricultores familiares nas discussões políticas, sociais e econômicas. O reconhecimento e o apoio para essa categoria são fundamentais para promover o fortalecimento da produção dos agricultores familiares, onde a riqueza cultural e a produção alimentar desses sejam plenamente valorizadas e integradas nas políticas de desenvolvimento do país.

Apesar da agricultura familiar ser uma atividade que contribui para o contexto econômico, social e político do Brasil, esta tem dividido o espaço rural com a presença da dinâmica do agronegócio conduzida, em sua grande maioria, por produtores de grãos, tanto no âmbito nacional quanto local. O agronegócio ilustra a complexidade da interdependência entre a produção, industrialização e comercialização agrícola. Desde as suas origens nos Estados Unidos até sua implementação no Brasil, na década de 1980, o conceito de *agribusiness* foi evoluindo e se revelando mais do que um simples sistema produtivo; é uma estrutura integrada que redefine a relação entre as propriedades rurais e o mercado.

Neste sentido, o avanço tecnológico e a modernização das práticas agrícolas foram inicialmente impulsionados por interesses externos e internos para a produção em larga escala de *commodities*, contando com um aparato de incentivos governamentais que proporcionaram expansão cada vez maior desse modelo entre diversas regiões do Brasil - sendo a Amazônia considerada a última fronteira agrícola para a expansão de grãos, mas foi foco de investimento

gerados pela instalação de grandes infraestruturas, como o porto graneleiro da Cargil para o armazenamento de grãos, a facilitação para o escoamento da produção do agronegócio por meio dos canais logísticos. No entanto, muitas são as consequências geradas por esse modelo de produção no espaço rural, uma vez que se desenvolve a partir de um conjunto incrementos agrícolas e imensas extensões de terras. Assim, percebe-se que a atuação dessa dinâmica se diferencia da agricultura familiar por inúmeros aspectos nas formas de como essas atividades são desenvolvidas.

Diante disso, a proposta colocada no capítulo 3 desse trabalho, a partir de como essas duas categorias vêm se desenvolvendo em um contexto local de Mojuí dos Campos, demonstra, para a realidade desse município, de um lado uma agricultura familiar pautada em uma produção diversificada e executada sem tantos investimentos, buscando resistir perante as desigualdades ocasionadas por um modelo de expansão agrícola voltada para uma lógica de desenvolvimento que congrega com o avanço da fronteira agrícola mediante à ocupação das áreas que antes eram ocupadas por agricultores familiares, resultante da compra e venda de terras, refletindo assim na diminuição das comunidades locais do município e, conseqüentemente, na redução de alguns produtos da agricultura familiar. Por outro lado, o agronegócio de grãos se mostra uma atividade que vem se intensificando com passar dos anos no território de Mojuí dos Campos e se destacando em termos de produção agrícola do agronegócio da soja.

A partir disso, os atores entrevistados em pesquisas anteriores a elaboração dessa monografia expressaram suas percepções pontuais em torno de algumas questões que evidenciam as influências sobre a chegada da expansão da soja em Mojuí dos Campos, e estas percepções, portanto, possibilitaram responder à pergunta problema do trabalho. No entanto, reconhecemos que a busca pela resposta para a questão principal foi feita dessa forma devido a algumas metas - que foram estabelecidas no início da construção da monografia - não terem sido atendidas por conta do tempo e recursos limitados, que impossibilitaram a realização de uma pesquisa mais atualizada que, a princípio, tínhamos a intenção de entrevistar os principais atores da agricultura familiar para assim obter um resultado mais completo acerca da problematização.

Contudo, o fato de optarmos por utilizar entrevistas realizadas via o Projeto Formaz e que estão disponíveis para consulta em seu Banco de Informações para uso em trabalhos e estudos sobre a temática, fica evidente a importância da participação em projetos de pesquisa e desses acervos/Bancos de Informações, pois além de proporcionar a aproximação com a

temática em questão, proporciona a viabilidade em fazer uso de informações pertinentes e necessárias na compreensão da problemática.

Assim sendo, as reflexões acerca de como tais atores tem se posicionado em relação as consequências geradas pelo aumento na produção de grãos na região, são importantes pois, dentre outras questões, se reconhece que a agricultura familiar tem e precisa ter um papel de resistência onde está em jogo a permanência da família no campo, bem como a produção de alimentos para o abastecimento local e regional. Nesse sentido, é essencial que políticas sejam pensadas e direcionadas para atender a agricultura familiar visando o bem estar destes e o fortalecimento da produção de alimentos.

Por fim, ressalta que foi possível perceber, por meio dos membros do STTR, técnicos da Emater e gestores municipais de Mojuí dos Campos, que a produção da agricultura familiar foi sendo afetada com o avanço da soja muito antes da emancipação e, após esse momento, este avanço passou a ocorrer de forma mais intensiva. A partir disso, este trabalho se coloca como uma contribuição nas discussões sobre a compreensão a respeito das categorias apresentadas e como estas são desenvolvidas no meio rural de Mojuí dos Campos, a partir das transformações geradas sobre uma em detrimento da outra. Acreditamos que esta pesquisa pode colaborar com reflexões futuras sobre a temática, abrindo espaço para futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Vicente Eudes Lemos Alves; LIMA, Débora Assumpção e Lima. Questões rurais e campesinato: uma entrevista com Teodor Shanin. **Revista Nera**, n. 44, p. 236-244, 2018. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/5830>. Acesso em: 04 jan. 2024.
- ANDRADE, Silvia Cristina de Pádua; CORRÊA, Jéssica Ariana de Jesus; COÊLHO, André Ricardo. Análise da cobertura vegetal e da produção agrícola do município de Mojuí dos Campos-PA. In: IV Seminário Internacional de Ciências do Meio Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. Manaus, 2016, **Anais** [...] Manaus: UFAM, 2016. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/ivsicasa/33544-analise-da-cobertura-vegetal-e-da-producao-agricola-do-municipio-de-mojui-dos-campos>. Acesso em: 03 mar. 2024.
- ANDRADE, Manoel Correia de. **Lutas camponesas no Nordeste**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1989.
- ARAÚJO, Massilon J. **Fundamentos de agronegócio**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- AVELINO, Victoria de Carvalho. **Bioeconomia a partir das percepções de profissionais da Assistência Técnica e Extensão Rural das Ematers do Planalto Santareno – Pará**. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Instituto de Ciências da Sociedade, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2025.
- BARBOSA, Jonismar Alves. **O agronegócio da soja e o direito fundamental de acesso à propriedade dos povos tradicionais em Santarém-Pará**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle>. Acesso em: 13 dez. 2024.
- BARROS, Márcio Júnior Benassuly; CANTO, Luís Otávio do; LAURENT, François; COELHO, Andréa dos Santos. Fronteira Agrícola e Conflitos Territoriais nas Amazôniaas Brasileiras: A expansão do agronegócio da soja e seus efeitos no Planalto de Santarém, Pará- Amazônia-Brasil. **Ciência Geográfica**, v. 24, n. 2, 2020, p. 893-911. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/12759>. Acesso em: 29 fev. 2025.
- BARROS, Ludmila Coelho de Souza. **A agricultura familiar como instrumento de luta contra o avanço do agronegócio no Estado do Pará**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/6129>. Acesso em: 15 set. 2024.
- BATIER, Carolina. **Cercadas pela soja e pelo veneno, comunidades rurais estão desaparecendo junto com a Amazônia na região de Santarém (PA)**. São Paulo: Brasil de Fato, 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/12/10/cercadas-pela-soja-e-pelo-veneno-comunidades-rurais-estao-desaparecendo-junto-com-a-amazonia-na-regiao-de-santarem-pa/>. Acesso em: 28 fev. 2025.
- BENTES, Flávio Maldonado; TEIXEIRA, Emerson Moraes; COLUCCI, Antônio Lincoln. A agricultura familiar no Brasil e seus riscos laborais: uma abordagem prevencionista.

Research, Society and Development, [S. I], v. 12, n. 8, 2023. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/issue/view/114>. Acesso em: 20 jul. 2024.

BORGES, Anderson Coelho. **Agricultura familiar camponesa no planalto santareno: formas de existência em Mojuí dos Campos-PA**. 2020. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020. Disponível em: <https://www.ppgdstu.prosp.ufpa.br/ARQUIVOS/Dissertacoes/ANDERSON%20COELHO%20BORGES.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. **25 de Julho: Dia Internacional da Agricultura Familiar**. Brasília: MDA, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2024/07/25-de-julho-dia-internacional-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 11 dez. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 25 jul. 2006. Seção 1. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 23 nov. 2024.

CALHEIROS, Renan. Projeto de Lei nº 487, de 2013: Reforma o Código Comercial. **Senado Federal**. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/115437>. Acesso em: 11 out. 2024.

CAMPOS, Thiago Soares. **Transição do feudalismo ao capitalismo na Europa**. 2023. Disponível em: <https://www.historia.com.br/idade-moderna/transicao-feudalismo-para-capitalismo.htm>. Acesso em: 17 dez. 2024.

COSTA, Lidiane Cristina Oliveira; ESCADA, Maria Isabel Sobral. Análise das Áreas Desmatadas nos Imóveis Rurais de Mojuí dos Campos, Pará. In: Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto 19, 2019, Santos, SP. **Anais [...]**. Santos: [s.n], 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/333643661>. Acesso em: 11 fev. 2025.

COSTA, Solange Maria Gayoso da. **Grãos na floresta: Estratégia expansionista do agronegócio na Amazônia**. 2012. Tese (Doutorado em Ciência do Desenvolvimento Socioambiental) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/handle/2011/11157>. Acesso em: 16 dez. 2024.

COSTA, Lorena de Oliveira. **Agronegócio brasileiro: história, importância no cenário internacional e perspectivas**. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Jurídicas de Brasília, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/235/9661>. Acesso em: 22 set. 2024.

DALL'AGNOL, Amélio. A soja no Brasil: evolução, causas, impactos e perspectivas. In: Congresso de La Soja Del Mercosur, 1, 2011 Rosário. Anais [...] Rosário: Asociación de la

Cadena de la Soja Argentina, 2011. 4 p. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/handle/doc/906861>. Acesso em: 11 jan. 2025.

DELGADO, Guilherme Costa. Questão agrária hoje. IN: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Org.). **Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro**. Brasília: SEAD, 2017. p. 12-21. Disponível em: <https://www.fao.org/family-farming/detail/en/c/522540/>. Acesso em: 05 mai. 2024.

ELIAS, Denise. Agronegócio e reestruturação urbana e regional no Brasil. In: BÜHLER, Eve Anne; GUIBERT, Martine; OLIVEIRA, Valter Lúcio (Org). **Agricultura empresariais e espaços rurais na globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2016. cap. 3, p. 63-79.

ELIAS, Denise. Reestruturação produtiva da agropecuária e novas dinâmicas territoriais: A cidade do Campo. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais** [...] São Paulo: USP, 2005. p. 4475-4476. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiagricola/14.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2025

EMATER-PARÁ. **A Empresa**. 2025. Disponível em: <https://www.emater.pa.gov.br/empresa>. Acesso em: 05 fev. 2025.

EMBRAPA. **Tecnologia de Produção de Soja - Paraná - 2004**. 3 ed. Paraná: Londrina, 2003. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/468831>. Acesso em: 15 jan. 2025.

FAPESPA - Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (2023). Estatística Municipal: Mojuí dos Campos. **Diretoria de Estatística e de Tecnologia e Gestão da Informação**. Belém, 2023. Disponível em: <https://www.fapespa.pa.gov.br/wp-content/uploads/2025/02/Mojui-dos-Campos.pdf>. Acesso 18 fev. 2025.

FAPESPA - Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (2016). Estatística Municipal: Mojuí dos Campos. **Diretoria de Estatística e de Tecnologia e Gestão da Informação**. Belém, 2016. Disponível em: <https://www.fapespa.pa.gov.br/estatistica-municipal/>. Acesso em: 27 fev. 2025.

FEITOSA FILHO, Luiz Alves; HEINECK, Jesica Aparecida; BENVENUTTI, Neidinaia da Silva. AGRICULTURA FAMILIAR - UMA HISTÓRIA, UM LEGADO! IN: III Congresso Internacional de Educação do Sudoeste do Paraná: Desafios Contemporâneos, 2018, Ampére, PR. **Anais** [...] Ampére: FAMPER, 2018. Disponível em: https://www.famper.com.br/arquivos/imagens/revistaeletronica/agricultura-familiar-uma-historia-um-legado_1542207817.pdf. Acesso em: 01 jun. 2024.

FERNANDÉZ, Antonio João Castrillon. Do Cerrado à Amazonia: **As estruturas sociais da economia da soja em Mato Grosso**. 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/14276>. Acesso em: 15 fev. 2025.

FERNANDEZ, Bernardo Mançano. Agronegócio e reforma agrária. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA: Tradição x Tecnologia: as novas territorialidades

do espaço agrário brasileiro, 17., 2004, Gramado -RS. **Anais [...]** Porto Alegre: UFRGS, 2004.

FREITAS, Alexandre José Barros de; LEÃO, Andréa Simone Rente; COSTA, Clarice Matos; LEÃO, Sandro Augusto Viégas. A agricultura familiar frente a expansão do agronegócio da soja em Mojuí dos Campos-PA (2013-2020). In: X CONGRESSO DA APDEA. IV ENCONTRO LUSÓFONO EM ECONOMIA, SOCIOLOGIA, AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL. Coimbra, 2022. **Atas [...]** Coimbra: Escola Superior Agrária, 2023, p. 301-311.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32 edições. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003. Disponível em: <https://www.unirio.br/cchs/ess/Members/morena-marques/formacao-social-do-brasil/Celso>. Acesso em: 20 nov. 2024.

GHIZELINI, André Augusto Michelato; ARAGUÃO, Lucas. Campesinato e Agricultura Familiar: divergências e convergências para o reconhecimento e fortalecimento da agricultura de base familiar. **Revista Sinais**, v. 1, n. 23, p. 90-111, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/sinais/article/view/28030>. Acesso em: 01 nov. 2024.

GRISA, Catia. A agricultura familiar nas políticas para a agricultura familiar. IN: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Org.). **Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro**. Brasília: SEAD, 2017. p. 290-311. Disponível em: <https://www.fao.org/family-farming/detail/en/c/522540/>. Acesso em: 24 fev. 2024.

GUANZIROLI, Carlos Enrique; SABBATO, Alberto Di; BUAINAIN, Antônio Márcio. Evolução da Agricultura Familiar no Brasil (1996 - 2017). In: FILHO, José Eustáquio Ribeiro Vieira; GASQUES, José Garcia (Org). **Uma jornada pelos contrastes do Brasil; cem anos do censo agropecuário**. Brasília: IPEA, 2020. cap. 13, p. 190 - 203. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-011-0/cap13>. Acesso em: 28 dez. 2024.

GUIMARÃES, Alessandra Rodrigues; ALVES, Sandra Aparecida. Teorias Agrárias e as Resistências Camponesas. **Revista Eletrônica Georaguaia**, v. 4, n. 2, p. 204-220, jul/dez, 2014. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/geo/article/view/4887>. Acesso em: 18 ago. 2024.

IBGE-SIDRA. **Produção Agrícola Municipal**. 2025. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em 28 fev. 2025.

IBGE-CIDADES, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mojuí dos Campos**. 2025. Disponível em: <https://www.mojuidoscamos.pa.gov.br/omunicipio>. 17 fev. 2025

IBGE-Notícias. **Em 11 anos, agricultura familiar perde 9,5% dos estabelecimentos e 2,2 milhões de postos de trabalho**. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25786-em-11-anos-agricultura-familiar-perde-9-5-dos-estabelecimentos-e-2-2-milhoes-de-postos-de-trabalho>. Acesso em: 22 dez. 2024.

LEÃO, Sandro Augusto Viégas. **Agronegócio da Soja e Dinâmicas Regionais no Oeste do Pará**. 2017. 204 f. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em:

<https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/17699>. Acesso em: 13 set. 2023.

LEROY, Jean-Pierre. **Uma chama na Amazônia**. Rio de Janeiro: Vozes, Fase, 1991.

LOPES, Indaia Dias. **Agricultura familiar: Uma discussão conceitual**. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RS, 15., 2020, Rio Grande do Sul. **Caderno de Resumos** [...]. Rio Grande do Sul: ANPUH, 2020. Disponível em:

https://www.eeh2020.anpuh-rs.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=4126. Acesso: 22 set. 2024.

MAIA, Dulce Maria Penaforte. **O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém/PA no contexto da questão agrária e políticas públicas para agricultura familiar no Brasil e na Amazônia**. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Instituto de Ciências da Sociedade, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2025.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista Nera**, n. 12, p. 57-67, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i12.1399>. Acesso em: 13 jan. 2025.

MELO, Thiago da Silva. A ideologia por trás do termo Agronegócio. **Pegada - Revista Da Geografia Do Trabalho**, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 84-113, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.33026/peg.v19i2.5708>. Acesso em: 20 set. 2024.

MENDONÇA, Maria Luisa Rocha Ferreira de. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura: A construção do conceito de Agronegócio**. 2013. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-26062013-114407/pt-br.php>. Acesso em: 15 ago. 2024.

MIRANDA, Roberto de Sousa. O Agronegócio da Soja no Brasil: do Estado ao capital privado. **Revista Norus**, Pelotas, v. 1, n. 2, p. 122-141, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.15210/norus.v2i2.5759>. Acesso em: 18 fev. 2025.

MOJUÍ DOS CAMPOS. **História de Mojuí dos Campos**. 2025. Disponível em: <https://www.mojuidoscamos.pa.gov.br/omunicipio.php>. Acesso em: 27 fev. 2025.

NASCIMENTO, Larissa Soane Souza do; MASCARENHAS, Harlene de Jesus Torres; LEÃO, Andréa Simone Rente; LEÃO, Sandro Augusto Viégas. Transformações nos Sistemas Familiares de Produção em Mojuí dos Campos/PA. In: 62º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2024, Palmas, TO. **Anais** [...] Palmas: UFT, 2024. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/62-congresso-da-sober-397784/818846/>. Acesso em: 28 fev. 2025.

PARÁ. Decreto nº 833, de 16 de junho de 2020. Homologa o Estatuto Social da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER-Pará). **Diário Oficial do**

Estado do Pará, Belém, 18 jun. 2020. Disponível em:
<https://www.emater.pa.gov.br/institucional>. Acesso em: 06 fev. 2025.

PAULO, Aline Bianca. Esmagadoras de soja dos estados de Mato Grosso do Sul e Goiás. **ESALQ-LOG**, Piracicaba, 2010. Disponível em: <https://esalqlog.esalq.usp.br>. Acesso em: 14 fev. 2025.

PEREIRA, Mayara Luiza. **Perspectiva histórica da agricultura familiar no Brasil: abrangência conceitual e alterações legislativas**. 2017. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2017. Disponível em:
<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2131/tde-21082020-011648/pt-br.php>. Acesso em: 22 jul. 2024

PEREIRA, Edeilton; CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. Expansão do agronegócio da soja e campesinato no Baixo Amazonas-PA. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 7., 2014, Vitória. **Anais** [...] Vitória: CBG, 2014. p. 2-10. Disponível em:
https://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404346069_ARQUIVO_ExpansaoDoAgronegociadoDoBaixoAmazonas-PA.pdf. Acesso em: 19 fev. 2025.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Os Atores da Construção da Categoria Agricultura Familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. S063-S084, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/TrnbnVLQJSdyX8Y7pkM475v>. Acesso em: 05 set. 2024.

PIRES, Nayara Lopes; PASSOS, Carlos José Sousa; CÓRDOVA, Carlos Martín Infante. Percepção de famílias tradicionais sobre riscos ambientais e de saúde associados à expansão de cultivo de soja no Planalto Santareno, Oeste do Pará. In: FARIAS, André Luís Assunção (Org). **Grandes Projetos na Amazônia - A ecologia política dos danos e conflitos socioambientais**. Guarujá-SP: Científica Digital, 2023. Disponível em:
www.editoracientifica.com.br/livros/livro-grandes-projetos-na-amazonia-a-ecologia-politica-dos-impactos-e-conflitos-socioambientais. Acesso em: 29 fev. 2025.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: Colônia. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOJUÍ DOS CAMPOS. **Secretaria Municipal de Agricultura**. 2025. Disponível em:
<https://www.mojuidoscamos.pa.gov.br/secretaria.php?sec=8>. Acesso em: 10 abr. 2025

RIBEIRO NETO, Caio Pompeia. **Formação Política do Agronegócio**. 2018. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/3WGxzg3dyDscfb5FX7dqmjL/?lang=pt>. Acesso em: 22 set. 2025.

SALIM, Ana Cristina Ferreira. **Modelos de representação cartográfica de dinâmicas espaciais e sua contribuição para o planejamento territorial do município de Mojuí dos Campos/PA**. 2010. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) - Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do

Pará, Belém, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/9729>. Acesso em: 28 fev. 2025.

SANTOS, Vivaldo de Jesus. **Direito Ambiental: Agronegócio e sustentabilidade**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Faculdade Pitágoras, Belo Horizonte, 2021. Disponível em:

<https://repositorio.pgsscogna.com.br/bitstream/123456789/43204/1/VIVALDO%20DE%20JE%20SUS%20SANTOS.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2024.

SANTOS, Raimundo Alberto dos. **O Planalto em destaque: Contos, cantos e encantos de minha terra. Fundação de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos**. 3ª ed. Santarém: [s. n.], 2017. Disponível em:

https://icbsena.com.br/livro.php?id_livro=5525&autor_livros=Santos,%20Raimundo%20Alberto%20dos. Acesso em: 28 fev. 2025.

SANTOS, Edeilton Pereira dos. **Dinâmicas territoriais no processo de expansão do agronegócio da soja e campesinato no Baixo Amazonas/PA**. 2015. Dissertação (Mestrado em Área de concentração: Território, Espaço e Cultura na Amazônia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/>. Acesso em: 22 set. 2024.

SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel. Diversidade e Heterogeneidade da Agricultura Familiar no Brasil e Algumas para Políticas Públicas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 31, p. 227-263, 2014. Disponível em:

<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/20857>. Acesso em: 22 fev. 2025.

SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel. A Agricultura Familiar no Brasil. **Centro Latino-americano para o Desenvolvimento Rural**, 2013. Disponível em:

https://www.rimisp.org/wp-content/files_mf/1438617722145AgriculturaFamiliarBrasil_ShneiderCassol_editado.pdf.

Acesso em: 22 fev. 2025.

SILVA, Antônio Gilberto Viégas da. Agricultura Familiar no Contexto Nacional. **Caderno de Publicações Univag**, Várzea Grande, n. 1, 2015. Disponível em:

<https://www.periodicos.univag.com.br/index.php/caderno/article/view/255>. Acesso em: 11 ago. 2024.

SILVA, Ariana Cericatto da; LIMA, Érica Priscilla Carvalho de; BATISTA, Henrique Rogê. A importância da soja para o agronegócio brasileiro: Uma análise sob o enfoque da produção, emprego e exportação. In: ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE, 5., 2011, Florianópolis. **Anais** [...] Florianópolis: UFSC, 2011. p 2-21. Disponível em:

<https://www.apec.org.br/encontro/v-eeec>. Acesso em: 16 fev. 2025.

SOUSA, Bianca Larissa de Mesquita; SAUER, Sérgio. Expansão da fronteira agrária extrativa e suas implicações para a agricultura familiar camponesa no Planalto Santareno – Pará. **Campo-Território: Revista de geografia agrária**. Uberlândia, v. 18, n. 50, p.128-154, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/RCT185069080>. Acesso em: 27 fev. 2025.

SOUSA, Bianca Larissa de Mesquita. **Situação Socioprodutiva da Agricultura Familiar Camponesa no “Planalto Sojeiro” de Santarém-Pará**, 2022. Dissertação (Mestrado) -

Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, Universidade de Brasília, Planaltina. 2022. Disponível em:
https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/45772/1/2022_BiancaLarissadeMesquitaSousa.pdf.
Acesso em: 27 set. 2024.

TEIXEIRA, Carine Andrade. O enfraquecimento das políticas públicas para a agricultura familiar: uma análise do PAA. **Revista Nera**, v. 26, n. 65, 2023. Disponível em:
<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/9251>. Acesso em: 13 fev. 2025.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, 2014. Disponível em:
<https://revistasober.org/article/doi/10.1590/S0103-20032014000600002>. Acesso em: 10 fev. 2025.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. IN: XX Encontro Anual da ANPOCS, 1996, Caxambu, Minas Gerais. **ANAIS** [...] Minas Gerais. Disponível em: <https://mst.org.br/download/raizes-historicas-do-campesinato-brasileiro/>. Acesso em: 13 fev. 2025.

ZINGA, Miguel Raul Mazissa. **Um estudo de caso sobre a causa das permanências e da desistência no assentamento Zumbi dos Palmares, Campo dos Goytacazes, RJ**, 2004. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Políticas Sociais, Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense, Rio de Janeiro. 2004. Disponível em:
https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/BRCRIS_d9ba6c54914a792d7a7f36ac24403889.
Acesso em: 13 dez. 2024.

Apêndice A - Roteiro de Entrevista com o STTR de Mojuí dos Campos



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS UNIVERSIDADE

_____, ____ de _____ de _____.

Prezada (o),

Estamos realizando uma pesquisa por dentro **do Projeto Formação Socioeconômica da Amazônia**, coordenado pelos professores Andréa Leão e Sandro Leão do Curso de Ciências Econômicas da Ufopa. O objetivo da pesquisa é o mapeamento socioeconômico do município de Mojuí dos Campos no que se refere às questões referentes às atividades da agricultura familiar e expansão do agronegócio no município. Para tanto, gostaríamos de contar com sua participação respondendo o Roteiro de Entrevista. Não precisa se identificar e garantimos o seu anonimato. Antecipadamente agradecemos sua participação.

Antecipadamente agradecemos sua participação.

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Mojuí dos Campos – STTR

PARTE 1 – Dados Gerais dos Entrevistados(as):

- 1) Idade: _____
- 2) Sexo: F () M ()
- 3) Naturalidade: _____
- 4) Escolaridade/Formação Acadêmica: _____
- 5) Ocupação: _____
- 6) Tempo que exerce a função: _____

PARTE 2 – Percepções dos entrevistados da Pesquisa

1- Fale um pouco de você e de sua trajetória (apresentação pessoal). Qual a base social e política de sua trajetória na Amazônia, no Oeste do Pará e em Mojuí dos Campos? A luta do sindicato teve alguma alteração no contexto da “emancipação” de Mojuí?

2- Na sua opinião, desde o período da emancipação de Mojuí dos campos até os dias atuais, você destacaria alguma mudança ocorrida no município?

3- Qual o balanço que você faz das atividades da agricultura familiar em Mojuí dos Campos da emancipação até os dias atuais?

- 4- Você observa alguma mudança no sistema de produção da agricultura familiar? Se sim, Quais? Se não, por que? Estão utilizando que tipo de tecnologias, insumos, etc.?
- 5- Como você avalia a atuação da Assistência Técnica em Mojuí dos Campos?
- 6- Qual a sua avaliação sobre o processo de expansão do agronegócio da soja no contexto social, fundiário e ambiental em Mojuí dos Campos?
- 7- Como você vê a atuação do Estado e de suas agências na região Oeste do Pará e em Mojuí dos Campos em relação a expansão do agronegócio no contexto fundiário e ambiental? Houve alguma mudança?
- 8- Você acha que algumas dessas mudanças foram devidas ao fato de Mojuí ter sido emancipado?
- 9- O STTR-Mojuí vem acompanhando de que forma a expansão do agronegócio na Região?
- 10- As áreas de plantio se expandiram nos últimos anos? Agricultura familiar ou soja? milho?
- 11- Você observa substituição da agricultura de pequena escala por monoculturas e concentração de terras? Você observa substituição de matas por lavouras de soja?
- 12- Qual a importância do CAR – Cadastro Ambiental Rural para os produtores rurais da região?
- 13- Como se articula o STTR em relação a regularização fundiária e ambiental? (Seminário 2013, livreto 2018, atualização desde então?)
- 14- Como você pode descrever a atuação do estado no período do antigo e do atual governo? Quais perspectivas do futuro?
- 15- Você observa valorização das terras em Mojuí dos Campos?
- 16- Como você observa o processo de desenvolvimento do município de Mojuí da emancipação até os dias atuais? Houve mudanças?

Apêndice B - Roteiro de Entrevista com a Emater de Mojuí dos Campos



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS UNIVERSIDADE

_____, ____ de _____ de _____.

Prezado (a),

Estamos realizando uma pesquisa por dentro do **Projeto Formação Socioeconômica da Amazônia**, coordenado pelos professores Andréa Leão e Sandro Leão do Curso de Ciências Econômicas da Ufopa. O objetivo da pesquisa é o mapeamento socioeconômico do município de Mojuí dos Campos no que se refere às questões referentes às atividades da agricultura familiar e expansão do agronegócio no município. Para tanto, gostaríamos de contar com sua participação respondendo o Roteiro de Entrevista. Não precisa se identificar e garantimos o seu anonimato.

Antecipadamente agradecemos sua participação.

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater

PARTE 1 – Dados Gerais dos Entrevistados(as):

- 1) Idade: _____
- 2) Sexo: F () M ()
- 3) Naturalidade: _____
- 4) Escolaridade/Formação Acadêmica: _____
- 5) Ocupação: _____
- 6) Tempo que exerce a função: _____

PARTE 2 – Percepções dos entrevistados da Pesquisa

1- Fale um pouco de você e de sua trajetória (apresentação pessoal). Qual a base social e política de sua trajetória na Amazônia, no Oeste do Pará e em Mojuí dos Campos?

2- Comente um pouco sobre o papel e a participação da Emater perante as questões referentes agricultura familiar em Mojuí dos Campos: principais atividades, projetos, assistência, etc.?

- 3- Com uma vasta extensão territorial que Mojuí possui, onde estão localizadas as produções provenientes da agricultura familiar?
- 4- Na sua opinião, desde o período da emancipação de Mojuí dos Campos até os dias atuais, você destacaria alguma mudança ocorrida no município?
- 5- Qual o balanço que você faz das atividades da agricultura em Mojuí dos Campos da emancipação até os dias atuais?
- 6- Você observa alguma mudança no sistema de produção da agricultura? Se sim, Quais? Se não, por que? Estão utilizando que tipo de tecnologias, insumos, etc.?
- 7- Durante os anos de atuação desse órgão em Mojuí dos Campos, como avaliam a prestação da assistência técnica aos agricultores?
- 8- Qual a sua avaliação sobre o processo de expansão do agronegócio da soja no contexto social, fundiário e ambiental em Mojuí dos Campos?
- 9- Como você vê a atuação da prefeitura em Mojuí dos Campos em relação a expansão do agronegócio no contexto fundiário e ambiental? Houve alguma mudança?
- 10- Você acha que algumas dessas mudanças foram devidas ao fato de Mojuí dos Campos ter sido emancipado?
- 11- A Emater vem acompanhando de que forma a expansão do agronegócio na Região?
- 12- As áreas de plantio se expandiram nos últimos anos? Agricultura familiar ou soja? milho?
- 13- Você observa substituição da agricultura de pequena escala por monoculturas? Substituição de matas por lavouras de soja? Substituição de culturas: Abacaxi, soja e milho no lugar de outras culturas, por exemplo.
- 14- Qual a importância do CAR – Cadastro Ambiental Rural para os produtores rurais da região?
- 15- A Emater vem acompanhando ou fazendo algum tipo de trabalho para auxiliar os produtores para a realização do CAR? Se sim, como? Se não, por quê?
- 16- Como você pode descrever a atuação do Estado no período do antigo e do atual governo? Quais perspectivas do futuro?
- 17- Você observa valorização das terras em Mojuí dos Campos?
- 18- Como você observa o processo de desenvolvimento do município de Mojuí da emancipação até os dias atuais? Houve mudanças?

Apêndice C - Roteiro de Entrevista com o Semagri - Mojuí dos Campos



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS UNIVERSIDADE

_____, ____ de _____ de _____.

Prezada (o),

Estamos realizando uma pesquisa por dentro **do Projeto Formação Socioeconômica da Amazônia**, coordenado pelos professores Andréa Leão e Sandro Leão do Curso de Ciências Econômicas da Ufopa. O objetivo da pesquisa é o mapeamento socioeconômico do município de Mojuí dos Campos no que se refere às questões referentes às atividades da agricultura familiar e expansão do agronegócio no município. Para tanto, gostaríamos de contar com sua participação respondendo o Roteiro de Entrevista. Não precisa se identificar e garantimos o seu anonimato. Antecipadamente agradecemos sua participação.

Antecipadamente agradecemos sua participação.

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Secretaria Municipal de Agricultura - Semagri

PARTE 1 – Dados Gerais dos Entrevistados(as):

- 1) Idade: _____
- 2) Sexo: F () M ()
- 3) Naturalidade: _____
- 4) Escolaridade/Formação Acadêmica: _____
- 5) Ocupação: _____
- 6) Tempo que exerce a função: _____

PARTE 2 – Percepções dos entrevistados da Pesquisa

1- Fale um pouco de você e de sua trajetória (apresentação pessoal). Qual a base social e política de sua trajetória na Amazônia, no Oeste do Pará e em Mojuí dos Campos?

2- Na sua opinião, desde o período da emancipação de Mojuí dos Campos até os dias atuais, você destacaria alguma mudança ocorrida no município?

3- Qual o balanço que você faz das atividades da agricultura em Mojuí dos Campos da emancipação até os dias atuais?

- 4- Você observa alguma mudança no sistema de produção da agricultura? Se sim, Quais? Se não, por que? Estão utilizando que tipo de tecnologias, insumos, etc.?
- 5- Como você avalia a atuação da Assistência Técnica em Mojuí dos Campos?
- 6- Qual a sua avaliação sobre o processo de expansão do agronegócio da soja no contexto social, fundiário e ambiental em Mojuí dos Campos?
- 7- Como você vê a atuação da prefeitura em Mojuí em relação a expansão do agronegócio no contexto fundiário e ambiental? Houve alguma mudança? E Políticas públicas para fomentar a agricultura (familiar e mecanizada) quais as instituições atuantes no município nas atividades rurais?
- 8- Você acha que algumas dessas mudanças foram devidas ao fato de Mojuí dos Campos ter sido emancipado?
- 9- A secretaria vem acompanhando de que forma a expansão do agronegócio na Região?
- 10- As áreas de plantio se expandiram nos últimos anos? Agricultura familiar ou soja? milho?
- 11- Você observa substituição da agricultura de pequena escala por monoculturas? Você observa substituição de matas por lavouras de soja? Substituição de culturas: Abacaxi, soja e milho no lugar de outras culturas, por exemplo
- 12- Qual a destinação destes produtos...município, região ou outras regiões?
- 13- Onde é vendido a produção familiar do município: feira ou nos pequenos mercados?
- 14- Qual a importância do CAR – Cadastro Ambiental Rural para os produtores rurais da região?
- 15- Como se articula a secretaria em relação a regularização fundiária e ambiental?
- 16- Como você pode descrever a atuação do estado no período do antigo e do atual governo? Quais perspectivas do futuro?
- 17- Você observa valorização das terras em Mojuí dos Campos?
- 18- Como você observa o processo de desenvolvimento do município de Mojuí da emancipação até os dias atuais? Houve mudanças?